

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS
FACULDADE DE ENGENHARIA AGRÍCOLA

**ESTRATÉGIAS DE REPRODUÇÃO SOCIAL
EM ÁREAS PERIURBANAS:
OS PRODUTORES DE VINHO ARTESANAL COMERCIAL EM
JUNDIAÍ**

MALIMIRIA NORICO OTANI

CAMPINAS
FEVEREIRO DE 2010

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS
FACULDADE DE ENGENHARIA AGRÍCOLA

**ESTRATÉGIAS DE REPRODUÇÃO SOCIAL
EM ÁREAS PERIURBANAS:
OS PRODUTORES DE VINHO ARTESANAL COMERCIAL
EM JUNDIAÍ**

Dissertação submetida à banca examinadora
para obtenção do título de Mestre em
Engenharia Agrícola na Área de
Concentração em Planejamento e
Desenvolvimento Rural Sustentável.

MALIMIRIA NORICO OTANI

Orientador: Professor Doutor NILSON ANTONIO MODESTO ARRAES

CAMPINAS
FEVEREIRO DE 2010

FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA PELA
BIBLIOTECA DA ÁREA DE ENGENHARIA E ARQUITETURA - BAE -
UNICAMP

Ot1e	<p>Otani, Malimiria Norico</p> <p>Estratégias de reprodução social em áreas periurbanas: os produtores de vinho artesanal comercial em Jundiaí / Malimiria Norico Otani. --Campinas, SP: [s.n.], 2010.</p> <p>Orientador: Nilson Antonio Modesto Arraes.</p> <p>Dissertação de Mestrado - Universidade Estadual de Campinas, Faculdade de Engenharia Agrícola.</p> <p>1. Pluriatividade agrícola. 2. Uva. 3. Vinho. 4. Agricultura familiar. 5. Indústria vinícola. I. Arraes, Nilson Antonio Modesto. II. Universidade Estadual de Campinas. Faculdade de Engenharia Agrícola. III. Título.</p>
------	--

Título em Inglês: Social reproduction strategies in periurban areas: the producers of commercial artisanal in Jundiaí

Palavras-chave em Inglês: Pluriactivity agrícola, Grape, Wine, Family farmer, Wine industry

Área de concentração: Planejamento e Desenvolvimento Rural Sustentável

Titulação: Mestre em Engenharia Agrícola

Banca examinadora: Adriana Renata Verdi, Fernando Antonio Lourenço

Data da defesa: 25/02/2010

Programa de Pós Graduação: Engenharia Agrícola

Este exemplar corresponde à redação final da **Dissertação de Mestrado** defendida por **Malimíria Norico Otani**, aprovada pela Comissão Julgadora em 25 de fevereiro de 2010, na Faculdade de Engenharia Agrícola da Universidade Estadual de Campinas.

FEAGRI



Prof. Dr. Nilson Antonio Modesto Arraes – Presidente e Orientador
Feagri/Unicamp



Dr.ª. Adriana Renata Verdi – Membro Titular
APTA/IEA



Faculdade de Engenharia Agrícola
Unicamp

Prof. Dr. Fernando Antonio Lourenço - Membro Titular
IFCH/Unicamp

DEDICATÓRIA

Ao meu pai (*in memoriam*), à minha mãe

À minha família: Juca, Tiago e Pedro

AGRADECIMENTOS

Este estudo fez parte do projeto “Revitalização da Vitivinicultura Paulista: competitividade, governança, e sustentabilidade”, financiado pela FAPESP e coordenado pela pesquisadora Adriana Renata Verdi, do Instituto de Economia Agrícola/APTA/SAA, a quem agradeço pela oportunidade de participar da pesquisa.

Aos meus colegas e amigos de todas as horas, Maria Lúcia Maia e Carlos Eduardo Fredo, com quem consolidei a pesquisa em Jundiaí e Maria Célia Martins de Souza, que fez as leituras críticas do trabalho, meus mais sinceros agradecimentos.

Aos meus colegas do curso Planejamento e Desenvolvimento Rural Sustentável, da FEAGRI, Ariane Favareto e Marco Aurélio Myrrha que compartilharam comigo todas as aflições do processo de construção deste estudo.

A todos os técnicos e lideranças setoriais que me destinaram um tempo para me ajudar a conhecer a realidade da vitivinicultura de Jundiaí

Ao Prof. Nilson e à FEAGRI que me deram orientação e suporte neste estudo.

Ao Instituto de Economia Agrícola e à FAPESP que possibilitaram a realização deste trabalho.

E finalmente, em especial, aos vitivinicultores de Jundiaí que me deram a oportunidade de conhecer este mundo de respeito às tradições em transformação.

SUMÁRIO

LISTA DE ABREVIATURA	vi
LISTA DE TABELAS	viii
RESUMO	ix
ABSTRACT	x
1. INTRODUÇÃO	1
2. REVISÃO BIBLIOGRÁFICA	5
2.1. O espaço periurbano em países de urbanização mais antiga: o caso europeu.....	5
2.2. O periurbano no Brasil: um espaço em construção e a emergência da pluriatividade... 11	
3. JUNDIAÍ E A VITIVINICULTURA PERIURBANA	19
3.1. A produção de vinho.....	19
3.2. Jundiaí e o vinho.....	23
3.3. Breve histórico.....	26
3.4. A expansão urbana.....	29
4. METODOLOGIA	33
5. A PESQUISA EM JUNDIAÍ	39
5.1. Atuação das organizações.....	39
5.2. Caracterização da vitivinicultura de Jundiaí.....	46
5.2.1. Estrutura fundiária.....	47
5.2.2. Características dos vinhedos.....	49
5.2.3. A uva para vinho.....	52
5.2.4. A elaboração do vinho.....	54
5.2.5. Perfil sócio-econômico dos produtores de vinho artesanal.....	56
5.2.6. Fonte de renda.....	60
5.2.7. Nível tecnológico.....	62
5.3. O caso dos vinicultores.....	64
5.3.1. Tipologia dos produtores.....	69

6. CONCLUSÕES.....	74
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	79
TEXTOS CONSULTADOS	87
ANEXOS	89

LISTA DE ABREVIATURAS

ANVISA	Agência Nacional de Vigilância Sanitária
APTA	Agência Paulista de Tecnologia dos Agronegócios
AVA	Cooperativa Agrícola dos Produtores de Vinho
CA	Casa de Agricultura
CSUV	Câmara Setorial de Uva e Vinho
CAPTA - Frutas	Centro Avançado de Pesquisa Tecnológica do Agronegócio de Frutas
CLT	Consolidação das Leis do Trabalho
CATI	Coordenadoria de Assistência Técnica Integral
EDR	Escritório de Desenvolvimento Regional
FAPESP	Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo
FEAGRI	Faculdade de Engenharia Agrícola
FEAP	Fundo de Expansão do Agronegócio Paulista
FIESP	Federação das Indústrias do Estado de São Paulo
IAC	Instituto Agrônômico de Campinas
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IPRS	Índice Paulista de Responsabilidade Social
IPTU	Imposto Predial e Territorial Urbano
LUPA	Levantamento Censitário de Unidades Agropecuárias
MAPA	Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento
MTE	Ministério do Trabalho e Emprego
OIV	Organização Internacional da Uva e do Vinho
PAC	Política Agrícola Comum
PDM	Plano Diretor Municipal
RA	Região Administrativa
RM	Região Metropolitana
SAA	Secretaria de Agricultura e Abastecimento

SEADE	Sistema Estadual de Análise de Dados
SEBRAE	Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas
SPMA	Secretaria de Planejamento e Meio Ambiente
SP – Vinho	Instituto Paulista de Vitivinicultura
UNICAMP	Universidade Estadual de Campinas
UPA	Unidade de Produção Agropecuária
UVIBRA	União Brasileira de Vitivinicultura

LISTA DE TABELAS

- Tabela 1. Estrato de área das propriedades em Jundiaí, 2007/08
- Tabela 2. Freqüência de copas nas UPs, Jundiaí, São Paulo, 2007/08
- Tabela 3. Produção de vinho artesanal em Jundiaí, 2007/08
- Tabela 4. Total de plantas por cultivares em Jundiaí, 2007/08
- Tabela 5. Total de vinho produzido, segundo a procedência da uva, 2007/08
- Tabela 6. Variedades de uva usadas para elaboração de vinho, por procedência, 2007/08
- Tabela 7. Freqüência de análise do vinho artesanal
- Tabela 8. Produtores e produção de vinho, 2007/08
- Tabela 9. Anos de produção de vinho artesanal
- Tabela 10. Produtores de vinho comercial, por faixa de idade
- Tabela 11. Residência na unidade produtiva
- Tabela 12. Associativismo
- Tabela 13. Composição de renda
- Tabela 14. Fontes de renda dos vitivinicultores
- Tabela 15. Participação percentual de cada fonte de renda
- Tabela 16. Produção de Vinho por Faixa Técnica

ESTRATÉGIAS DE REPRODUÇÃO SOCIAL EM ÁREAS PERIURBANAS: OS PRODUTORES DE VINHO ARTESANAL COMERCIAL EM JUNDIAÍ

RESUMO

Transformações recentes que envolvem a produção de uva e vinho em São Paulo vêm estimulando uma articulação dos produtores para formulação de políticas públicas que promovam a revitalização da vitivinicultura no estado. Um dos problemas identificados foi a falta de informações consolidadas, de onde decorre a necessidade de um diagnóstico sócio-econômico e produtivo do setor. Buscando preencher parte desta lacuna, esta pesquisa teve como principal objetivo traçar o perfil dos vitivinicultores artesanais de Jundiaí e definir uma tipologia, além de avaliar as perspectivas de sua continuidade como atividade importante para a reprodução social destes agricultores familiares. Por localizarem-se próximos às duas maiores metrópoles de São Paulo, os agricultores familiares de Jundiaí estão estabelecidos em área de forte transformação do setor rural, com múltiplas formas de ocupação, característica de conformações de espaço periurbano. Além da produção, a propriedade rural é também área de moradia, condição esta facilitada pela infra-estrutura disponível na região. A proximidade às metrópoles favorece a inserção ao mercado de trabalho regional e a comercialização dos produtos – agrícolas e não-agrícolas - elaborados pelos produtores.

As gerações mais jovens, que têm acesso à escolaridade, mais informações e rede social mais extensa, além do grupo rural, tendem a se inserir em outros setores da economia, como o de serviços e a indústria. As gerações mais antigas, por sua vez, devido à forte ligação à terra e à tradição cultural, continuam na atividade agrícola e na elaboração do vinho. A produção do vinho artesanal assume vários significados para a família, sendo um deles, o de reproduzir uma tradição trazida pelos antepassados italianos, e outro, de complementar a renda familiar. Esta combinação, agregada à renda obtida em outros setores da economia fortalece a tradição cultural e a resistência para continuar na atividade vitivinícola, e consolida a estratégia de reprodução social do agricultor familiar inserido num espaço em transformação.

Palavras-chave: pluriatividade, espaço periurbano, produtor de uva e vinho, agricultor familiar

SOCIAL REPRODUCTION STRATEGIES IN PERIURBAN AREAS: THE PRODUCERS OF COMMERCIAL ARTISANAL WINE IN JUNDIAÍ

ABSTRACT

Recent changes concerning the Sao Paulo vitivinicultural sector is stimulating producers to articulate themselves in order to promote the construction of public policies for this activity in the state. One of the main bottlenecks observed was the lack of consolidated information, which shows the need for a productive and socio-economic diagnosis of the sector. This study aims to fill this gap by tracing a profile of both the artisanal wine producers of Jundiaí and the prospects for vitiviniculture as an important activity for the social reproduction of these family farmers. Placed close to the two largest metropolises of São Paulo, the family farmers of Jundiaí are established in areas under strong transformation of the rural sector, showing multiple ways of occupation, which is characteristic of periurban space configurations.

Besides production, rural properties are also the place of residence, a condition which is favored by the local infrastructure available. The proximity to the metropolises makes easier the insertion in regional labor markets, as well as the commercialization of their agricultural and non-agricultural products.

The younger generations, who access schools, information and more extended social networks out of the rural groups, tend to be inserted in other economic sectors, such as services and industries. The older generations, in turn, who are strongly linked to the land and cultural tradition, keep on growing grapes and making wine. The artisanal wine production shows several meanings to the family, being one of them the reproduction of the tradition brought by their Italian ancestors and complementation of the family income as well. This combination, added to the income obtained in other sectors of the economy, strengthens the cultural tradition and the resistance to continue on the vitiviniculture. This also consolidates the strategy of social reproduction of the family farmers placed on a space under transformation.

Key-words: pluriactivity, periurban space, grape and wine producer, family farmer

1. INTRODUÇÃO¹

A procura de locais mais aprazíveis para se habitar é uma tendência de parte do mundo ocidental, prática esta facilitada pela melhoria das condições de locomoção e pelo desenvolvimento dos meios de comunicação. Esta é a situação de grandes cidades do Brasil, principalmente as que se situam mais próximas a São Paulo, o maior município do país, em áreas como as localizadas entre as Regiões Metropolitanas (RMs) de São Paulo e de Campinas.

Estas áreas estão ligadas por excelentes vias de transporte e infra-estrutura, facilitando a locomoção da população nestas regiões. Em alguns dos municípios da RM, ainda resistem, próximos à cidade, espaços com parques e atividades agrícolas que compõem uma paisagem bucólica e rural, atrativos que, aliados à infra-estrutura, estimulam a demanda por moradia nas vizinhanças e aquece o mercado de construção, principalmente de grandes condomínios.

Assim, os municípios do entorno de influência das grandes cidades paulistas vêm passando por transformações e expressivas mudanças na ocupação destes espaços de transição. No Brasil, sob o aspecto legal, só existem os setores rural e urbano, cuja delimitação é decidida pelo poder legislativo, que sofre pressão de grupos econômicos para realizar alterações que nem sempre contemplam as necessidades dos que residem no local.

Nestas áreas limítrofes ocorre a periurbanização, ou seja, a expansão urbana e o desenvolvimento da multifuncionalidade rural, onde a atividade agrícola deixa de ser sinônimo exclusivo de setor rural e compartilha o espaço com áreas de moradia e lazer, além de outras atividades econômicas, como o turismo rural, a agroindústria, e o trabalho em residências e sítios.

Este é um espaço valorizado nos países de urbanização mais antiga, como as cidades da Europa, onde há políticas públicas que ajudam a melhorar a qualidade de vida e de opções de lazer da população cidadina, e organizações locais mobilizadas na defesa da formação de cinturões verdes, que incluem as atividades agrícolas como um dos componentes da paisagem.

¹ Esta pesquisa faz parte do projeto “Revitalização da Vitivinicultura Paulista: competitividade, governança e sustentabilidade”, do Programa de Políticas Públicas da FAPESP – Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo.

Entretanto, no Brasil, movimentos políticos ou sociais no sentido de preservar de forma coordenada as áreas verdes ao redor das grandes cidades ainda são praticamente inexistentes.

O município de Jundiaí, situado entre as RMs de São Paulo e Campinas, é um dos exemplos mais emblemáticos desta realidade atual. A sua localização geográfica entre dois dos maiores pólos econômicos do país, atendida por várias estradas estaduais e interestaduais, torna o local de fácil acesso e as atividades agrícolas sofrem todas as conseqüências características de áreas periurbanas. A uva é o principal produto agrícola do município e é plantada, principalmente, por agricultores que cultivam pequenas áreas, com predomínio de trabalho familiar.

Neste espaço rural em transformação, os produtores, sobretudo os que se localizam mais próximos à cidade, vivenciam problemas com a vizinhança, pois este ambiente ainda rural se torna local de tensões e conflitos, em função do seu caráter multifuncional. Enfrentam também problemas de outras ordens, como a falta de uma legislação que impeça o assédio da expansão urbana e garanta o pleno exercício da atividade agrícola no setor rural sem a gradativa queda da rentabilidade obtida com a principal atividade. A maior proximidade com os novos habitantes urbanos em áreas rurais interfere na atividade agrícola, pois também acirra a disputa pela mão-de-obra, até então especializada em manejo no cultivo da uva, que passa a suprir a demanda por novas funções, em geral mais bem remunerada e com condições melhores de trabalho do que as praticadas na agricultura.

Além das organizações locais, toma vulto a mobilização recente de lideranças de um dos elos da cadeia vitivinícola paulista, o dos envasadores de vinho. Muitos deles estão instalados em Jundiaí e têm potencial para aglutinar as organizações envolvidas com o setor. O grupo forma em 2004, o Instituto Paulista de Vitivinicultura (SP-Vinho), ligado à FIESP – Federação das Indústrias do Estado de São Paulo. O objetivo principal deste Instituto é articular as ações das organizações para promover a revitalização do vinho no estado. Um dos primeiros resultados desta iniciativa foi a obtenção de financiamento do Programa de Projetos de Políticas Públicas da FAPESP - Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo, para desenvolver pesquisas ligadas à cadeia vitivinícola estadual, do qual esse estudo faz parte.

A liderança do Instituto SP-Vinho vem ampliando espaços de negociação junto ao Governo do Estado, inclusive com a instalação da Câmara Setorial de Uva e Vinho (CSUV) da Secretaria de Agricultura e Abastecimento do Estado de São Paulo (SAA), para propor soluções para os problemas da cadeia produtiva. Estas iniciativas, ainda que incipientes, estão sensibilizando parte das demais organizações, principalmente as lideranças dos produtores locais, para a necessidade de mobilização coletiva, a fim de pleitear ações de desenvolvimento do setor.

Tal desenvolvimento esbarra numa série de fragilidades já apontadas pela pesquisa desenvolvida na Fase I do referido Projeto. Um dos principais obstáculos é a ausência de informações básicas para o estado, que permitam elaborar um diagnóstico do setor e da realidade dos vitivinicultores paulistas. Com o propósito de subsidiar as organizações setoriais e levantar por que, apesar das dificuldades, os vitivinicultores de Jundiaí ainda persistem na atividade, o objetivo geral deste trabalho é realizar um diagnóstico sócio-econômico para definir grupos de vitivinicultores e as suas demandas específicas por ações de desenvolvimento. Como objetivos específicos buscou-se a). identificar junto às organizações suas estratégias de ação para o setor; b). realizar uma caracterização sócio-econômica e produtiva, e c) identificar grupos e os respectivos perfis com vistas a fornecer subsídios para promover um segmento da produção, que se insere no espaço periurbano deste município: o dos vitivinicultores artesanais.

Para responder a estas questões, utilizou-se parte do banco de dados constituído a partir do censo da vitivinicultura realizado pelo Projeto FAPESP, em sua Fase II. Estes dados também serviram de base para reunir os produtores em grupos homogêneos e realizar estudo qualitativo com o universo de vinicultores artesanais que comercializam o produto no município.

A hipótese desta pesquisa é que o espaço periurbano proporciona maior possibilidade de reprodução social das famílias, pois facilita compor a renda familiar por múltiplas fontes, uma vez que a pluriatividade é uma das mais importantes estratégias adotada pelos vinicultores.

A pesquisa é constituída de seis capítulos. Além desta introdução, o Capítulo 2 apresenta uma revisão de bibliografia que aborda algumas experiências de pluriatividade em

espaços periurbanos na Europa e no Brasil. O Capítulo 3 coloca informações sobre a importância do vinho no país e no município de Jundiaí. O Capítulo 4 mostra a metodologia enquanto no Capítulo 5 está a análise dos dados obtidos na pesquisa, tanto na esfera quantitativa quanto qualitativa. Finalmente, no Capítulo 6 encontram-se as conclusões do estudo.

2. REVISÃO BIBLIOGRÁFICA

Este capítulo reúne algumas experiências de urbanização em espaços periurbanos na Europa e a transformação recente que se observa no Brasil com a adoção da pluriatividade como estratégia de reprodução social dos agricultores familiares. Além disso, mostra a caracterização sócio-econômica de Jundiá, assim como da produção de uva e vinho no país e no município.

2.1. O espaço periurbano em países de urbanização mais antiga: o caso europeu

As grandes metrópoles vêm passando por um processo de urbanização que, aliado ao desenvolvimento dos meios de comunicação, está levando a mudanças expressivas na ocupação desses espaços. Exemplos disso são a formação de áreas de transição entre o rural e o urbano e, em consequência disso, a emergência de novas relações que reorganizam tais espaços.

Muitas são as definições referentes a esses espaços de transição, mas é corrente entre os especialistas em desenvolvimento que a fronteira entre o urbano e o rural - a área periurbana - está cada vez mais estreita e se caracteriza pela crescente complexidade e interdependência, o que cria a necessidade de estratégias e políticas integradas em escala regional (SOTTE, 2005).

Em países de urbanização mais antiga, como na Europa Ocidental, o processo de ocupação do espaço periurbano já passou por várias etapas, desde a resolução de conflitos até a regulamentação do uso e ocupação do solo. A atividade agrícola teve decisivo apoio de políticas públicas no processo de inserção e adaptação às novas regras e valores de práticas de respeito à sustentabilidade ambiental (ABRAMOVAY, 1999).

Nesse espaço periurbano, a atividade agrícola deixa de ser sinônimo exclusivo de setor rural, que compartilha a área com outras formas de uso, como lazer, moradia e outras atividades econômicas. E ao contrário do que ocorre na Europa, não é perceptível no Brasil a ocorrência de movimentos políticos ou sociais que atuem no sentido de preservar de forma coordenada as áreas verdes ao redor das grandes cidades. Um país exemplar nesse sentido é a França, onde há políticas públicas e organizações locais mobilizadas na defesa da formação de um cinturão verde, incluindo a atividade agrícola como um dos componentes da paisagem, que

ajuda a melhorar a qualidade de vida ao mesmo tempo que oferece opções de lazer para a população citadina.

Na Europa há uma significativa literatura que trata da área de transição cidade-campo. Esse espaço é apresentado como uma zona sob influência urbana, com “fluxo comunicante” funcional entre a área periurbana e o centro, que tem caráter rural dada a presença do setor agro-florestal que ocupa parte importante da superfície, além de baixa densidade populacional (CARUSO et al., 2001).

A relação entre a área urbana e a rural na Europa está mais equilibrada nos anos mais recentes. A maior evidência é o declínio da população das grandes cidades metropolitanas e uma inversão demográfica em muitas áreas rurais, principalmente as que oferecem uma boa malha viária. Na Itália, por exemplo, segundo compilação de dados de fontes oficiais, as dez maiores cidades perderam 2 milhões de habitantes entre 1971 e 2001, enquanto as áreas rurais da França ganharam 500 mil habitantes entre 1975 e 2000 (SOTTE, 2005).

A mesma tendência ocorre também em Portugal, onde a área periurbana tem tido um crescimento maior que a média urbana. As médias e as grandes cidades vêm perdendo população e as principais causas da mudança são a procura por moradias mais baratas, com melhor qualidade de vida, mas sem perder o estilo de vida urbano, situando-se assim em um movimento espacial pendular (ROCA, 2006).

No espaço periurbano de regiões em desenvolvimento é comum o Estado atuar como mero facilitador para outros agentes, em geral, privados, com forte poder de convencimento dos poderes executivo e legislativo. Para administrar e planejar o desenvolvimento das áreas rurais periurbanas, faz-se necessário compreender a interação entre os diferentes atores tanto privados, quanto os das coletividades territoriais, que são bastante heterogêneos, pois cada ator adiciona à construção do espaço coletivo um complexo mosaico de multifuncionalidade, consolidando as transformações do espaço (BRYANT, 2005).

Uma vez que o espaço periurbano como local de novas relações políticas e conflitos é relativamente recente, são raras as intervenções oficiais focadas para essas áreas. E quando elas existem, a orientação das políticas públicas varia conforme o contexto de cada região ou país. Nas regiões mais pobres, onde a expansão urbana ocorre de forma descontrolada, os maiores problemas se referem à falta de infra-estrutura básica, assim como a perda e a

degradação de terras agrícolas. Já nos países mais desenvolvidos, que atualmente passam por um processo de urbanização mais lenta, a maior preocupação é com o uso de recursos renováveis e não-renováveis, além da geração de dejetos e contaminações que possam afetar a interface periurbana (MATTINGLY, 1999 *apud* D'ÁVILA, 2003).

Nos países de desenvolvimento mais acelerado, nos quais a resolução dos conflitos ou a regulamentação da área periurbana se encontra em estágio mais avançado, têm-se um histórico de implementação de políticas públicas com resultados interessantes para a população. Os países da Europa se enquadram nessa categoria e atualmente instituições de governo procuram sistematizar e comparar os resultados das políticas públicas, por meio de programas e projetos, desenvolvidos por algumas regiões.

Esta tarefa, no entanto, parece ser de difícil operacionalização, como destaca o estudo, “Periurbanisation: the situation in Europe”, coordenado pelo Ministère de l'Aménagement du Territoire et de l'Environnement da França, que envolve outros seis países ou regiões da União Européia. Segundo o estudo, apesar de algumas tendências em comum, é marcante a heterogeneidade da estrutura conceitual e critérios de análise utilizados em cada país.

Tal fato impossibilita a consolidação de parâmetros necessários para o estudo comparativo que permita uma melhor identificação da realidade ou das diferenças de cada região, com medição do processo de periurbanização, para simplesmente estabelecer uma definição espacial comum. Uma hipótese levantada no trabalho é que a heterogeneidade decorre das especificidades locais e regionais, e do estágio de desenvolvimento de periurbanização de cada país. Estas peculiaridades demandam políticas públicas específicas (CARUSO et al., 2001).

Estes autores definem os espaços periurbanos como áreas de ocupação mista, com atividade agropecuária e local de residência, nas quais os moradores mantêm uma ligação funcional com os centros de emprego, que é viabilizada pela facilidade de locomoção entre os dois espaços geográficos.

Fundamentados em dados secundários de alguns países europeus, Caruso, et al. (2001) mostram a magnitude da área e da população que, entre 1970 e 2000, se instala nesse espaço. Apesar de cada país adotar definições particulares de área periurbana, é notório que elas ocupam extensões consideráveis dos territórios. Representam 53% da área França, 57% da

Holanda, 40% da Bélgica e 36% da Grã-Bretanha, onde vivem parte importante da população destes países, como 25% na França, 38% na Holanda, 34% na Bélgica e 27% na Grã-Bretanha.

As áreas e populações expressivas justificam, da parte das instituições governamentais, a elaboração de políticas ajustadas às necessidades e peculiaridades desses espaços. Em países como Grã-Bretanha, França, Holanda e Dinamarca, o poder público teve fundamental importância no processo que os autores denominam de suburbanização, enquanto na Bélgica, Alemanha e Espanha, foram as empresas privadas que exerceram papel principal na sua implementação.

É pouco usual, no entanto, dadas as características já mencionadas, a existência de políticas nacionais direcionadas à área periurbana, pois não há uma receita definida para administrar estes espaços. A estrutura e os processos de governança e de gestão devem refletir as circunstâncias locais e regionais, privilegiando as potencialidades e as composições dos atores locais (BRYANT, 2005).

As cidades das áreas metropolitanas necessitam, portanto, procurar formas de intervenção particulares capazes de agir sobre a interface rural-urbana. Exemplos disso são os casos de Barcelona, onde o governo regional circunscreveu o crescimento futuro dentro de “ilhas metropolitanas” separadas por espaços abertos e vinculadas entre si por uma rede de vias e sistemas de transporte público. Exemplos mais usuais são os estabelecimentos de cinturões verdes adotados tanto em cidades do Reino Unido quanto dos Estados Unidos (D’ÁVILA, 2003). São inúmeros os exemplos de parques municipais como de Leeds, na Inglaterra, onde, seguindo a recomendação de planejamento de cidades inglesas, a Urban Task Force criou o Kirkstall Valley Park que faz a ligação entre espaços verdes urbanos e o cinturão verde e áreas periurbanas ao redor da cidade (MAWSON, 2006).

A atual tendência na Europa tem sido a valorização de um conjunto de funções que podem ser desenvolvidas nas unidades produtivas, além da simples produção agropecuária. Para atender às pressões tanto dos segmentos sociais europeus quanto da comunidade internacional, algumas políticas públicas implementadas pela União Europeia têm passado por mudanças radicais. Se as primeiras diretrizes da Política Agrícola Comum (PAC) eram voltadas para organizar o meio rural em função das necessidades da agricultura, a partir da

década de 1990 há uma forte inclinação para o desenvolvimento rural local (ABRAMOVAY, 1999).

Nos novos objetivos estabelecidos na reforma da PAC de 1992 é reconhecida a importância da pluriatividade e das funções ambientais e territoriais das atividades agrícolas. E conforme o autor, no curso dos anos 1990, os programas de políticas agrícolas estão mais voltados à valorização dos territórios, à preservação do tecido social do meio rural e ao fortalecimento do caráter múltiplo das atividades que se desenvolvem no campo, do que à sustentação dos preços e das rendas de um setor. Se antes da reforma da PAC somente os agricultores que obtinham a renda principal da atividade agropecuária eram valorizados, com a mudança de perspectiva, em 1993, o Conselho da Comunidade Européia regulamenta que as explorações que obtenham pelo menos 25% da renda com a atividade agropecuária também recebam créditos comunitários, de acordo com Senotier (1993 *apud* ABRAMOVAY, 1999).

Há uma explícita mudança na direção da política pública: “a diversificação rural pode ser explorada de maneira flexível como complemento necessário à agricultura. Atividades até então marginais - o desenvolvimento de produtos de qualidade superior, o turismo rural, os projetos de investimentos ligados ao meio ambiente ou ao patrimônio cultural da região, as pequenas e médias empresas - desenvolveram-se e abriram novas perspectivas” (COMISSÃO EUROPEIA, 1997 *apud* ABRAMOVAY, 1999, p. 67).

Além disso, o pagamento realizado aos que têm como fonte principal a renda da agricultura, deve, a partir de 2005, respeitar as normas ambientais, ou seja, atender as restrições relacionadas às eco-condicionalidades, à segurança dos alimentos e ao bem-estar animal (DONADIEU, 2004).

Desde os anos 1990 registram-se iniciativas de organizações civis para proteger os espaços abertos nas áreas metropolitanas da Europa. Algumas cumprem importante papel de articular, organizar ações, marcar posições e reivindicar políticas para as causas que defendem. Em geral, as organizações conseguem apoio de programas europeus de políticas públicas para apoiar na formação de parques agrícolas periurbanos, como os realizados em Llobregat de Barcelona na Espanha e Città de Bolonha na Itália (BRANDUINI; FLEURY, 2005).

Uma questão presente nas discussões sobre as áreas periurbanas diz respeito a quais características específicas elas devem apresentar para valorizar de forma sólida o

aparecimento de uma dinâmica econômica local. Este espaço, com forte dependência da dinâmica metropolitana e com características distintas, obriga os atores sociais a empreender práticas inovadoras, viáveis e duráveis (VALETTE, 2004).

Os produtores agrícolas não puderam fugir à regra. Para fazer frente às novas necessidades dos consumidores com maior consciência ambiental e social, muitos dos agricultores de algumas regiões da França mudaram seus sistemas de produção. Passaram a se dedicar a um grupo menor de produtos e aumentaram a produção usando novas tecnologias que procuram preservar os recursos naturais. A valorização de aspectos como o consumo de alimentos produzidos no local, espaço agradável para se viver, integração de área de lazer e de trabalho têm favorecido a consolidação do espaço periurbano e da atividade agrícola, em muitas das regiões da Europa (FLEURY, 2006).

Esse espaço tem sido foco de atenção das instituições governamentais de alguns países como a França. A Commission des Affaires Économiques et du Plan do Senado francês apresenta o documento La Gestion des Espaces Périurbains no Rapport d'Information de 1997/1998, em que a agricultura periurbana é abordada como área a ser atendida por apresentar tendência crescente de redução de área (LARCHER, 1997-98). Outro posicionamento semelhante é do Comitê Économique et Social Européen sur L'Agriculture Périurbaine que conclui pela necessidade da criação de um Observatoire Européen sur l'Agriculture Périurbaine, com o objetivo de obter uma visão européia dos espaços agrícolas periurbanos e da agricultura que ali se desenvolve, para atuar como centro de referência, e apresentar propostas tendo em vista a salvaguarda e o desenvolvimento desses espaços e da sua agricultura (CABALL, 2004).

Portanto, a atividade agrícola nas áreas periurbanas tem assumido importância nos países europeus, com políticas direcionadas para esse fim, como nos municípios de Portugal, onde ela é protegida pelos Planos Diretores Municipais (PDMs). Nesses planos devem estar contemplados espaços de Reserva Agrícola Nacional e de Reserva Ecológica Nacional seguindo uma determinação das políticas ambientais européias (MADALENO; ARMIJO, 2004).

A aplicação das diretrizes de políticas ambientais ocorre em velocidades distintas na Europa, conforme a correlação de forças nas instâncias de negociação locais e/ou regionais. A valorização do papel e a manutenção da atividade agrícola também passam por esse processo.

O exemplo do que ocorreu na Île-de-France, a principal região administrativa francesa, é ilustrativo do longo caminho percorrido para a plena inserção da agricultura. No primeiro Plano Diretor de 1965, o chamado espaço aberto onde a agricultura se insere foi simplesmente ignorado. No segundo, foi aberta uma pequena brecha, ao se introduzir a necessidade do espaço aberto para beneficiar o meio urbano. Mas somente no terceiro Plano Diretor, em 1994, foi criado o Cinturão Verde, para apenas alguns tipos de agricultura, considerados relevantes pela proximidade da cidade. E finalmente, no Plano Diretor de 2000, todos os tipos de agricultura foram incluídos como parte das diretrizes de desenvolvimento da região (FLEURY, 2006).

A expansão das cidades na França sempre ocorreu no espaço rural. Áreas cultivadas próximo às cidades sempre foram destinadas para os planos de expansão urbana. Mais recentemente, a forte influencia de ideários ambientalistas na Europa atinge também os planejadores urbanos. Eles passaram a contestar a sistemática de ocupar terras do campo, que obrigava os moradores da cidade a habitarem áreas cada vez mais distantes. Essa percepção da realidade, que teve como aliada a participação ativa da sociedade civil, foi importante na elaboração dos Planos Diretores que passaram a ser formulados nas regiões e cidades francesas.

A especificidade da agricultura periurbana é cada vez mais reconhecida na Europa, o que justifica o esforço de estudiosos e organizações para consolidar os espaços verdes e torná-los integrantes não mais dos projetos orientados para o campo, mas dos projetos direcionados para o planejamento da cidade (BRANDUINI; FLEURY, 2005).

2.2. O periurbano no Brasil: um espaço em construção e a emergência da pluriatividade

Nas grandes cidades brasileiras a expansão das áreas urbanas sobre as áreas rurais dos municípios é um fenômeno ainda relativamente recente. Esta área do entorno rural-urbano, ainda de difícil definição, mas de intensa mobilidade, apresenta heterogeneidade significativa no uso e ocupação do solo, com diversidade de segmentos sociais, cuja convivência nem sempre pacífica, demanda uma regulamentação e atenção especial dos dirigentes municipais. Mas diferente do que ocorre nos países em processo mais avançado de urbanização, o espaço de transição urbano-rural ainda é pouco valorizado na agenda política das autoridades governamentais. Vários podem ser os motivos, porém, o principal é a correlação de forças

desigual entre os atores sociais que disputam o uso desse espaço, aliado aos poderes públicos locais, geralmente omissos frente às pressões, que não conseguem ou não querem impor efetivamente normas urbanísticas e de controle ambiental (REIS, 2006).

A infra-estrutura existente para atender as áreas ao redor das Regiões Metropolitanas (RMs) do Estado de São Paulo permite mesmo aos municípios que não fazem parte formal destas RMs, usufruir de benefícios como possibilitar a movimentação pendular da população, que pode trabalhar em cidades próximas e retornar ao local de moradia diariamente (ROCA, 2006).

Devido a estas facilidades, nestas regiões, assim como ocorreu nas cidades européias, as cidades vêm passando por um processo de urbanização que, aliado ao desenvolvimento dos meios de comunicação, está levando a mudanças expressivas na sua ocupação, como a formação de áreas de transição entre o rural e o urbano e, conseqüentemente, a emergência de novas relações que reorganizam esse espaço.

No Brasil, recentemente, tem sido realizadas pesquisas para propor a construção de metodologias e tem sido realizados estudos de casos locais ou regionais para avaliar este espaço em transformação. Há um esforço no sentido de realizar um diagnóstico da realidade de cada região, destacando a particularidade das áreas periurbanas. Apesar dos estudos se referirem a várias regiões do país, com particularidades sociais, econômicas e culturais, há quase uma unanimidade entre eles que nos planejamentos prevalece uma dicotomia entre o rural e o urbano e estas áreas continuam sem instrumentais de gestão da parte das organizações públicas, (MIRANDA, 2009; LEWIS, 2007, NORONHA; HESPANHOL (s.d.). No estudo de caso sobre Campinas, os autores concluem que as áreas rurais do município “têm sofrido a proliferação de imóveis rurais com destinações urbanas irregulares e com usos bastante variados e alguns parcelamentos clandestinos, ambos misturados a imóveis agropecuários e com pouco controle da administração” (ARRAES; VIEGAS, 2008, p.17). Considerando-se a dificuldade de realização de um diagnóstico completo e comparativo retratando a realidade do consolidado espaço periurbano das regiões da Europa (CARUSO et al., 2001), fica evidente que é difícil a tarefa de sintetizar o processo de transformação, ainda em curso, nas grandes cidades brasileiras.

Esta nova configuração de áreas de transição se caracteriza pelo compartilhamento, no mesmo território, de diferentes formas de uso do solo, com interesses políticos e econômicos

nem sempre consensuais, associados ao mundo rural e urbano. Nas áreas periurbanas é comum que os incorporadores urbanos tomem iniciativas de propor, através dos seus representantes políticos, mudança do uso do solo rural para uso urbano e realizem ações planejadas para alterar no plano jurídico o potencial do uso de terras rurais em urbanas (SPOSITO, 2006).

As administrações municipais não tem interesse político nestas áreas, pois a expansão urbana faz das áreas rurais “meros estoques de metros quadrados, armazenados em hectare a serem negociados” pg. 3, (ARRAES; VIEGAS, 2008, p.3).

Esse processo ocorre sobretudo nas regiões metropolitanas e nas áreas circunvizinhas. Além da procura por moradia, a maior demanda por atividades não-agrícolas, principalmente a prestação de serviços, assim como a revalorização do meio ambiente e da natureza, são fenômenos que estão dando nova dinâmica a este meio rural.

A especificidade agrícola perde espaço com quatro itens: a) a difusão dos meios de transporte, que aumenta acesso aos locais de trabalho e aos mercados; b) a difusão dos meios de comunicação que influenciam a vida cultural das comunidades rurais; c) a difusão da energia elétrica; e d) a difusão das novas técnicas que provocam impacto no espaço produtivo e no espaço residencial (GAMA, 1987 *apud* MATTEI, 2006).

As áreas periurbanas também se transformam em opção de moradia tanto de população de baixo poder aquisitivo, que procura lotes rurais que geralmente têm menor valor, quanto os de maior padrão econômico, que procuram os condomínios fechados para fugir das atuais condições inerentes à vida urbana.

Este espaço de características específicas está em processo de construção social. De acordo com Wanderley (2001, p. 32) ele é resultante da “ocupação do território, das formas de dominação social que tem como base material a estrutura de posse e uso da terra e outros recursos naturais, como água, da conservação e uso social das paisagens naturais e construídas, e das relações campo-cidade”.

Segundo avaliação da autora, o espaço de encontro entre a cidade e o campo é analisado por duas linhas distintas: Há os que preconizam a homogeneização espacial e social, com o fim do rural, que representaria o atraso e há os que, ao contrário, ressaltam que “as relações entre a cidade e campo não destroem as particularidades dos dois pólos, e por conseguinte, não representam o fim do rural: o continuum se desenha entre um pólo urbano e

um pólo rural distintos entre si e em intenso processo de mudança em suas relações” (WANDERLEY, 2001, p.32).

No que se refere ao rural Wanderley (2001) conclui que se o desenvolvimento local é entendido como processo de valorização do potencial econômico, social e cultural da sociedade local, não se pode supor o seu fim. Vilela (1999), por sua vez, qualifica a afirmação da autora, ao colocar que este rural é transformado pela disputa entre os novos e velhos atores sociais, que competem pelo espaço rural diferenciado, e que a agricultura tende a se tornar cada vez mais residual, ainda que mantenha uma presença social e cultural representativa.

As mudanças ganham força, entre outros fatores, pela crescente diminuição da renda agrícola, que possibilita a emergência de políticas mais amplas e pluralísticas relacionadas ao uso do espaço rural. Neste espaço multifuncional é cada vez maior a proporção de trabalhadores não-agrícolas que residem no meio rural, que além da função de produção de alimentos e matérias-primas, também se constitui em um lugar de moradia, de lazer, de identidade cultural e de relação com a natureza.

Os agricultores familiares assumem papel principal no processo de valorização deste espaço. Autores como Vilela (1999), Sachs (2001) e Schneider (2006) consideram que a agricultura familiar é a melhor forma de ocupação do território, uma vez que ela atinge critérios sociais, com a geração de auto-emprego e de renda a um custo inferior ao da geração de empregos urbanos e relacionados à preservação do meio ambiente.

Nestas áreas próximas às grandes metrópoles, os agricultores familiares convivem tanto com as novas pressões como também com as novas oportunidades. Isso ocorre porque eles têm acesso a informações, à educação e ao mercado de trabalho regional, tendo maiores possibilidade de atuar em outros setores da economia, o que é facilitado pela infra-estrutura instalada nestas regiões, principalmente a viária.

As vantagens relativas do emprego urbano (registro, previdência, etc), a queda da renda agrícola e/ou a incorporação de novas tecnologias poupadoras de trabalho, fazem com que os produtores familiares se desdobrem para atuar em várias atividades, nos setores industrial ou de serviços ou ainda em atividades não-agrícolas. Estas rendas, somadas à obtida na atividade agrícola, formam a renda familiar. Esta divisão do trabalho constitui a pluriatividade familiar e representa uma alternativa possível de estratégia de reprodução social neste espaço rural.

Para Silva (1999, p. 102), a pluriatividade é “conseqüência do esforço de diversificação dos pequenos produtores para se inserirem nos novos mercados locais que se abrem. E não pode ser considerada parte do processo de proletarização que resulta da decadência da propriedade familiar, mas sim uma etapa da diferenciação social e econômica das famílias agrícolas, que já não conseguem se reproduzir apenas nos espaços agrícolas do novo rural, que está sendo construído a partir da valorização de bens não tangíveis antes ignorados, como a paisagem, o lazer e os ritmos dos cotidianos agrícolas e pecuários.”

SCHNEIDER (2001, p. 2) complementa que “a pluriatividade é uma estratégia de reprodução social, da qual os agricultores que operam fundamentalmente com base no trabalho da família, fazem uso em contextos onde sua integração à divisão social do trabalho não decorre exclusivamente dos resultados da produção agrícola mas, sobretudo, mediante o recurso às atividades não-agrícolas e a articulação com o mercado de trabalho”.

Assim, a atividade agrícola, em especial a visão convencional que associa o espaço rural às funções estritamente produtivas e vinculadas exclusivamente à produção de alimentos e matérias primas, é suplantada, sobretudo com a crescente importância das atividades não-agrícolas e a pluriatividade (ANJOS, 2001; SCHNEIDER, 2003).

Organismos internacionais têm destacado estas estratégias como importantes na geração de emprego e diminuição da pobreza. Para se ter uma idéia da sua importância, o emprego rural não-agrícola é responsável por 40% das rendas dos habitantes rurais da América Latina (BERDEGUÉ et al., 2001 *apud* SCHNEIDER, 2006).

Na Europa, a partir da Reforma da PAC de 1991/92 que, como já mencionado, resultou na mudança de paradigma de valorizar as novas funções produtivas e a pluriatividade, tais estratégias se disseminaram. Isso proporcionou uma revalorização do espaço rural, devido ao fortalecimento do movimento ambiental e dos processos de descentralização industrial, que aumentaram o mercado de trabalho e, em conseqüência, o exercício da pluriatividade das famílias rurais (MARSDEN, 1995 *apud* SCHNEIDER, 2003).

São evidentes as inúmeras possibilidades de combinar as atividades para complementar a renda familiar. No entanto, Carneiro (2005) coloca a inadequação de se generalizar o uso do termo pluriatividade a todas as situações em que há a combinação de atividades agrícolas e não-agrícolas no interior de uma família. Faz-se necessário qualificar o processo em curso em

cada situação, para entender qual “o sentido desta combinação para a reprodução social das famílias”.

No entanto, para a autora, o uso do termo é pertinente em algumas circunstâncias específicas, como em locais onde há maior articulação entre os mercados de trabalho, mas que deve se restringir a algumas situações como as decorrentes da crise da modernização da agricultura e de ampliação de alternativas de emprego ou ocupação oriundas do estreitamento das relações campo-cidade. A combinação de fatores externos e internos à dinâmica familiar, que darão sentido e significado ao recurso das práticas não-agrícolas, pode se transformar em estratégia de reprodução social das famílias, o que pode indicar uma nova forma de realização da agricultura familiar.

A pluriatividade trata de um fenômeno que pressupõe a combinação de duas ou mais atividades, sendo uma delas a agricultura. E a interação entre atividades agrícolas e não-agrícolas tende a ser mais intensa na medida em que mais complexas e diversificadas forem as relações entre os agricultores e o ambiente social e econômico em que estiverem inseridos (SCHNEIDER, 2001; 2003; 2006).

ANJOS et al. (2001, p.16), no entanto, alertam para outro aspecto que deve ser considerado ao se tratar da pluriatividade, que é a sua estreita vinculação com a noção de agricultura familiar. Para os autores “(...) tanto a agricultura a tempo parcial como sua versão atual (pluriatividade) emergem como estratégia específica de resistência e adaptação da agricultura familiar diante do impacto de transformações operadas tanto em seu interior como no entorno externo em que esta se acha inserida”.

Ao expor o caso francês, Carneiro (1996) coloca ser usual entre os agricultores a busca por outra atividade fora da agricultura como mecanismo de estratégia de reprodução social. A mecanização no campo francês transformou a atividade agrícola em uma atividade individual, em geral do chefe da família, e neste sentido, grande parte das explorações familiares torna-se pluriativa, pois sempre haverá algum membro da família com trabalho fora da produção.

Na atual conjuntura, a valorização da sociedade local e a reelaboração da natureza induzem os agricultores a compartilhar o ideal urbano de vida e o trabalho ao ar livre. A vida nos locais antes considerados atrasados e desconfortáveis, passam a assumir uma imagem de algo desejável. Assim, as atividades não-agrícolas associadas à agricultura assumem outro significado: passam a representar não só uma estratégia para sair da crise mas uma alternativa

de vida, com a possibilidade de realizar valores rurais, recuperados pela população urbana. Este fenômeno, segundo Carneiro (1996) modifica as relações sociais que sustentam a sociedade local e cria novas condições para a reprodução social, favorecendo assim a manutenção da população no campo.

A autora avança na sua análise indagando se os agricultores pluriativos são uma categoria diferente de agricultor, que se diferencia dos demais, por internalizar valores que se identificam tanto com o rural quanto com o urbano. Para ela, houve maior consciência da sociedade européia com as questões ambientais e com a qualidade de vida e dos alimentos, o que transformou os agricultores, ao tomarem como referência o modo de praticar a agricultura dos antepassados. Ao mesmo tempo, eles estão atentos às novas tecnologias e às novas interações econômicas e sociais que a sociedade contemporânea oferece.

A pluriatividade pode ser importante para a incorporação dos jovens na dinâmica local, tornando-se uma condição para a sua permanência, o que evita o envelhecimento da população rural. Isto parece ser mais viável em contextos dinamizados pela mobilidade e facilidade dos meios de comunicação que caracterizam a sociedade contemporânea.

1. Pluriatividade tradicional ou camponesa: ocorre em grupos sociais de produção para auto-consumo, com relação débil com o mercado. Em geral, as atividades não-agrícolas estão ligadas à elaboração de ferramentas e utensílios de trabalho. O que diferencia o grupo é que não visa a mercantilização da produção.

2. Pluriatividade intersectorial: ocorre quando há articulação da agricultura com os demais setores da economia, principalmente a indústria e o comércio. É mais comum em locais onde há descentralização industrial, quando o setor busca força de trabalho mais barata. A periurbanização ou “*commuting*” está ligada à expansão urbana no entorno das regiões metropolitanas e no fluxo diário e pendular das pessoas que habitam no meio rural mas trabalham em atividades não-agrícolas. Com a periurbanização, os mercados de trabalho rural e urbano tornam-se mais homogêneos e a pluriatividade torna-se a característica mais visível deste processo.

3. Pluriatividade de base agrária: decorre da demanda crescente por serviços e atividades não-agrícolas geradas pelo próprio processo de modernização da agricultura. Evolui com a terceirização das etapas e fases dos processos produtivos na agricultura.

4. Pluriatividade pára-agrícola: decorre de atividades para a transformação, beneficiamento e/ou processamento de produção agrícola obtida dentro ou fora de um estabelecimento rural e é destinada à comercialização. Com o aumento da produção surge uma nova atividade, ou outra ocupação que, combinada com a agricultura como atividade principal, gera a pluriatividade. São também denominadas agroindústrias rurais familiares.

Uma vasta literatura se produziu para debater o impacto das novas transformações do meio rural na identidade dos agricultores. No entanto, Vilela (1999), Wanderley (2001), Carneiro (2005) e Schneider (2007) colocam como uma necessidade para o desenvolvimento do debate do tema, a realização de estudos empíricos para mostrar a diversidade das novas configurações em cada espaço. Também é necessário elaborar tipologias, para apreender a complexidade desse fenômeno e aprofundar o estudo dos mecanismos e das lógicas de reprodução social dos grupos familiares em diferentes contextos históricos e sociais, que são objetivos desta pesquisa. As seções seguintes caracterizam a vitivinicultura e a região do estudo.

3. JUNDIAÍ E A VITIVINICULTURA PERIURBANA

3.1. A produção de vinho

A produção mundial de vinho se concentra num pequeno grupo de países, embora se observe um processo de desconcentração. Em 2004, os cinco maiores produtores mundiais de vinho foram a França, Itália, Espanha, Estados Unidos e Argentina que juntos foram responsáveis por 63,5% do total de produção. Estes cinco maiores produtores de vinho, neste período, foram também os maiores consumidores, o que representa 50% da produção total. Dentre os países emergentes nessa produção destacam-se a Austrália e a China, com a 6ª e 7ª Posições. A África do Sul, Chile e Brasil detêm, respectivamente, a 9ª, 11ª e 16ª. colocações (SIQUEIRA, 2007).

Em 2005, os seis principais produtores de uva eram a Itália (8,6%), os Estados Unidos (7,1%), a França (6,8%), a China (6,6%) e a Espanha (6,1%). Entre os países da América do Sul, os maiores produtores da fruta foram a Argentina (2,7%), o Chile (2,3%) e o Brasil (1,3%), o que corresponde, respectivamente, às 8ª, 9ª e 13ª colocações (SIQUEIRA, 2007). Os principais países exportadores sul americanos são o Chile e a Argentina, que têm como vantagens, além de divulgar os produtos associados à boa qualidade, chegam ao mercado

nacional com preços competitivos em relação aos vinhos comuns de mesa brasileiro (SILVA et al., 2007).

Observa-se que no período recente houve uma melhor distribuição do consumo per capita mundial de vinho. Os consumidores europeus, mais exigentes em relação à qualidade e ao preço, reduziram o consumo enquanto os de outros continentes, mais dispostos a experimentar novas produções a preços acessíveis, ampliaram o consumo. Embora nos países que mais consomem vinho a média seja de 50 litros/habitante/ano, no Brasil o consumo no ano de 2005 não ultrapassou 1,8 litro/habitante/ano (SIQUEIRA, 2007).

Ao contrário do que ocorre em quase todos os países produtores, que utilizam videiras européias (*Vitis vinífera*), o setor vitivinícola brasileiro apresenta uma característica marcante: a elaboração do vinho com preponderância das uvas americanas² e híbridas. Segundo Rosa; Simões (2004), que afirmam ser escassos os dados a respeito, há informações de que os únicos países que elaboram vinho de uvas americanas são o Brasil e o Paraguai. E há diferenças entre elas: os vinhos obtidos de uvas americanas têm propriedades organolépticas distintas das dos demais, podendo ser considerados como produtos diferentes dos vinhos de *Vitis vinífera*.

O mercado de vinhos é complexo, devido à grande diversidade de tipos de vinho produzidos. Pode-se dividir esse mercado em dois segmentos principais: o de vinhos comuns, ou de mesa, e o de vinhos de qualidade.

O vinho comum é um produto pouco diferenciado, com baixo padrão tecnológico de produção e destinado, basicamente, ao consumidor que busca preços baixos. Os vinhos de qualidade estão diretamente relacionados às peculiaridades das uvas e às condições locais. As características edafo-climáticas locais constituem o fundamento do sistema de denominações de origem, que é aplicado principalmente na Europa. Estes vinhos passam por rígidos critérios de qualidade, que vão desde a maturação das uvas até a finalização da produção. As técnicas de vinificação no país estão em sintonia com as mudanças internacionais, seguindo os parâmetros da OIV - Organização Internacional da Vinha e do Vinho, o organismo que regula as normas internacionais de produção de vinho, da qual o Brasil é membro desde 1995 (ROSA; SIMÕES, 2004; SCHNEIDER, 2006).

² As videiras americanas são espécies nativas da América do Norte e não variedades da videira européia cultivadas na América do Norte.

A vitivinicultura no Brasil tem início nos locais que tiveram colonização italiana a partir de 1875. Nos seus primórdios, o vinho era elaborado para o consumo da família, uma prática que ocorre até hoje em muitas regiões do país. Ao longo dos anos a produção passa a tomar vulto, principalmente na Região Serrana do Rio Grande do Sul, que produz parte significativa do vinho do país. Ao mesmo tempo, a produção de uva de mesa cresce em outras regiões, como no município de Jundiaí, no estado de São Paulo (ROSA; SIMÕES, 2004).

Quase a totalidade do vinho brasileiro era elaborado com as uvas americanas ou híbridas de americanas com a *Vitis vinifera*. Apesar da temperatura adequada para a produção de uvas, a Serra Gaúcha tem umidade regional bastante elevada, o que é prejudicial ao seu cultivo. Isso levou ao plantio de uvas mais resistentes e mais robustas, que são as características das vinhas americanas, originando desta forma, o padrão brasileiro, quase único, de empresas vinícolas apoiadas em uvas de espécies distintas das viníferas (*Vitis vinifera*). A produção de uvas cultivadas pelo Rio Grande do Sul se divide em 80% de uvas comuns (cultivares americanas e híbridas) e 20% de uvas viníferas (ROSA; SIMÕES, 2004; SCHNEIDER, 2006).

A influência cultural européia foi determinante para o desenvolvimento da vitivinicultura no país. O estado de São Paulo se aprimorou na produção de uvas finas e comuns para mesa. O vinho comum é produzido principalmente nos municípios de São Roque e Jundiaí, além do produzido no Rio Grande do Sul, que também é engarrafado em São Paulo. Na região irrigada do Vale do São Francisco, que tem uma produção mais tecnificada, são exploradas principalmente as uvas finas para mesa. Já se observa alguma produção de vinho, com escalas maiores de produção (ROSA; SIMÕES, 2004).

O principal estado produtor de vinho no Brasil é o Rio Grande do Sul, o único que publica estatísticas sistemáticas da produção, o que gera escassez e precariedade de dados em outras regiões produtoras. Segundo estimativas de Rosa; Simões (2004), esse estado produz aproximadamente 80% do volume total de vinho do país e o Vale do São Francisco, 15%. Portanto, estima-se que os demais estados produtores de uva produzam somente 5% do total de vinho brasileiro.

Em média, 45% do volume de uva produzida no Brasil é destinado ao processamento na elaboração de vinhos, sucos e outros derivados, enquanto 55% da fruta é comercializada *in natura*. Do total de produtos industrializados, 60% são vinhos de mesa e 21% sucos de uva,

ambos elaborados a partir de uvas de origem americana, especialmente cultivares *Vitis labrusca*, *Vitis bourquina* e híbridos interespecíficos diversos. Cerca de 10% são vinhos finos, elaborados com castas de *Vitis vinifera*. O restante (9%) é representado por outros derivados da uva e do vinho (PROTAS; CAMARGO; MELLO, 2006).

O Rio Grande do Sul comercializa 60% da sua produção de vinho a granel, o correspondente a 140 milhões de litros. O Estado de São Paulo importa 40% do vinho produzido no país (VERDI et al., 2007).

A produção nacional sofre forte concorrência dos produtos importados, que em 2006 tinha participação de quase 65% do mercado brasileiro. Esta participação vem aumentando significativamente, com aumento de cerca de 24%, entre 2005 e 2006, no total de litros de vinho importado.

Além dos produtos importados, o vinho nacional sofre concorrência dos produtos derivados, como coolers, sangrias, coquetéis e vinhos compostos, entre outros, que apesar de serem constituídos por parcela mínima de vinho, são comercializados como tal e tem tido aceitação crescente no mercado (SILVA et al., 2007, 2008). Neste contexto, a comercialização do vinho vem passando por uma tendência de queda, sendo que de 2007 a 2008 houve um decréscimo de 11,2% para a uva de mesa e de 28,8% para o vinho de uvas viníferas (UVIBRA, 2009).

O estado de São Paulo, apesar de ser o maior centro consumidor do país, tem participação pouco relevante na produção industrial de vinho (SILVA et al., 2007). Destaca-se, no entanto, por concentrar o processo de envasamento do vinho, elaborado principalmente no sul do país.

A produção vinícola em moldes empresariais teve forte incremento em meados da década de 1980, com investimentos na implantação e modernização das vinícolas localizadas, principalmente, nos novos polos produtores, como a Serra Gaúcha, as áreas de altitude de Santa Catarina e o Vale do Sub-Médio São Francisco, nos estados da Bahia e Pernambuco, onde se inicia uma viticultura com forte base tecnológica e focada na produção de uvas de variedades de *Vitis vinifera* para a elaboração de vinhos finos de qualidade (PROTAS, 2008).

Entretanto, nas tradicionais regiões vinícolas, estruturadas na agricultura familiar, como a Serra Gaúcha, de onde se origina a maior parte do vinho envasado em São Paulo, não

houve a mesma determinação, o que resulta numa perda do potencial enológico da matéria-prima e da competitividade da cadeia produtiva local (PROTAS, 2008).

Assim, devido à forte concorrência e perda da competitividade produtiva dos vinhedos, está havendo uma movimentação do setor empresarial mais organizado, sobretudo do sul do país, para traçar um programa de reestruturação da base física da produção vitícola, para buscar recursos externos que possibilitem maior produtividade, competitividade e sustentabilidade da agricultura familiar e das indústrias de vinho.

Em São Paulo, onde se consome a maior parte da uva e do vinho produzido no Brasil ocorre uma rearticulação semelhante, com o setor organizado buscando parcerias e recursos, tanto para promover a incipiente vitivinicultura do estado, para que haja suprimento de matérias-primas mais baratas para a indústria, quanto para desenvolver a vitivinicultura artesanal ligada ao turismo, para destacar as regiões produtoras e ressaltar as qualidades dos vinhos locais e paulista.

Porém, a grande dificuldade para o início do trabalho é a falta de conhecimento e de informações consolidadas e consistentes sobre o setor em São Paulo, em função de sua pequena relevância econômica. Esta ausência de informações se agrava, mais especificamente, em relação à vinicultura artesanal, devido à grande informalidade do setor. Uma característica marcante da produção artesanal é a inserção ativa dos produtores no cultivo da uva, na elaboração do vinho e a venda na propriedade.

3.2. Jundiaí e o vinho

O município de Jundiaí se posiciona com destaque na Região Administrativa (RA) de Campinas pelo seu dinamismo econômico e concentração populacional. Esta situação é facilitada pela proximidade a duas das maiores cidades do estado, pois dista somente 60 km da capital e 40 km de Campinas.

Segundo o IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, a área total do município é de 450 Km², e sua população é estimada, no ano de 2008, em 355.417 habitantes. A densidade demográfica de Jundiaí é das mais altas do estado. Enquanto no município há 822,78 hab/Km², na RA há 448,78 hab/Km² e no estado esta relação corresponde a somente 165,75hab/Km² (SEADE, 2009).

Em 2008 observa-se uma tendência mais vigorosa de envelhecimento da população. Enquanto no município o índice é de 58,8%, na RA ele é de 40,9% e no estado 44,8%. Em consequência, ainda neste ano, a população com menos de 15 anos (21,1%) é menor do que na RA e no estado (22,6% e 23,5%, respectivamente). A população de mais de 60 anos é mais significativa (12,4%) do que na RA (10,2%) e no Estado (10,5%) (SEADE, 2009).

A população rural, apesar de pouco representativa em relação ao total, em 2000 era composta por 23.166 habitantes e caiu em 2007 para 19.929 habitantes, representando a quinta maior população rural paulista. Este é um número significativo considerando-se que o município está situado entre duas grandes metrópoles.

No Brasil, segundo conceituação do IBGE, as categorias rural e urbana de uma unidade geográfica são definidas por lei municipal. Em Jundiaí dada a forte expansão urbana clandestina nas áreas rurais, torna-se difícil delimitar a exata fronteira do que é o setor rural e urbano, e por consequência, o que é população urbana e rural. Há vários bairros rurais com bolsões de residências e população cujo modo de vida é tipicamente urbano. Mas há também imóveis rurais incorporados ao setor urbano, que necessitam comprovar ser uma área produtiva, para solicitar a isenção do IPTU – Imposto Predial e Territorial Urbano aos órgãos competentes.

A indústria e os serviços são os setores econômicos mais importantes do município. Mais da metade do Valor Adicionado (VA) de Jundiaí é originado pela indústria, que em 2006 contribuiu com 34,9%, e pelo setor de serviços, com 64,7%. A agropecuária perdeu importância na economia local e participa com somente 0,28% do total do VA municipal (SEADE, 2009).

O forte dinamismo econômico de Jundiaí o município em lugar de destaque, com PIB-Produto Interno Bruto per capita de R\$ 32.397,17, valor maior do que a média de R\$ 27.545,13 da Região Administrativa de Campinas e maior do que a média paulista, que é de R\$19.547,86. Segundo os critérios estabelecidos pelo Índice Paulista de Responsabilidade Social (IPRS) a cidade oferece padrão de vida de nível 1, atribuído a municípios com nível elevado de riqueza e bons níveis de indicadores sociais (SEADE, 2009).

Quanto à demanda por trabalho formal, segundo o Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), o mais expressivo é o setor de serviços que contratou em 2007, 42,1%, e o comércio,

com 23,4%. Tais setores, portanto, empregam mais da metade dos trabalhadores formais do município (65,5%), enquanto a indústria emprega quase 30% e a construção civil 4,1%.

A atividade agropecuária emprega proporção pouco significativa de trabalhadores formais no município, somente cerca de 0,5% dos assalariados registrados. Conforme a mesma fonte, a atividade vitivinícola empregou em 31 de dezembro de 2006, 491 trabalhadores com carteira assinada que se dedicam à fabricação de vinho e somente 75 empregados assalariados na produção de uva (BRASIL, 2008).

Sabe-se, no entanto, que a atividade vitícola, principalmente, por necessitar de mão-de-obra qualificada para o manejo, conta com expressiva presença do trabalho familiar dos proprietários e dos parceiros, cujas características distintas de relações de trabalho, não são consideradas nas estatísticas de contratação formal.

A expansão do mercado de trabalho na região, com possibilidades de emprego formal em outros setores da economia regional, tem levado tanto a uma concorrência pela mão-de-obra quanto à falta de mão-de-obra qualificada e treinada para a vitivinicultura, o que também se constitui num problema para os produtores.

Com a expansão de novos locais de residência, a concorrência por mão-de-obra se torna ainda mais acirrada, pois os novos moradores contratam trabalhadores para serviços como caseiros, jardineiros, empregados domésticos, etc. Estes empregos, de maneira geral, conta com todos os benefícios da CLT, situação esta que é muito distinta da partilha dos rendimentos recebidos pelos parceiros no final da safra da uva (RODRIGUES, 2008).

Os vinhos mais consumidos em São Paulo e no Brasil são do tipo comum³, de mesaassim denominados em contraposição aos vinhos finos. O vinho de mesa assume várias denominações, conforme o estado: no Rio Grande do Sul e em Santa Catarina é conhecido como vinho Colonial e em Jundiaí e região como vinho Artesanal. É importante ressaltar que para os órgãos que regulam a elaboração e comercialização do vinho as denominações vinho Colonial ou Artesanal não existem.

³ Segundo a lei nº 10.970, de 12 de novembro de 2004, o vinho de mesa pode ter teor alcoólico de 8,6% (oito inteiros e seis décimos por cento) a 14% (catorze por cento) em volume, podendo conter até uma atmosfera de pressão a 20º (vinte graus Celsius). O vinho de mesa de uvas americanas é aquele elaborado com uvas do grupo das uvas americanas e/ou híbridas, podendo conter vinhos de variedades *Vitis vinifera*.

Desse modo, não há uma definição exata para este tipo de produto. Em Jundiaí, mesmo entre os vinicultores que rotulam seu produto como artesanal, não há uma definição única. Mas os elementos mais citados por eles sobre o que sugerem ser o vinho artesanal traduzem uma combinação de fatores, tais como: o vinho elaborado pela família do produtor, o predomínio de uvas próprias, a vinificação em pequenos volumes e o vinho que é vendido na propriedade. Estas são as características predominantes em Jundiaí.

3.3. Breve histórico

As primeiras experiências com o cultivo e a produção de vinho em Jundiaí vieram na bagagem social e cultural dos primeiros imigrantes italianos que aportaram no antigo Núcleo Colonial Barão de Jundiaí, hoje o bairro industrial de Colônia, e no bairro do Caxambu.

Este Núcleo Colonial foi fundado por iniciativa oficial em 1887 e tinha como objetivo suprir de mão-de-obra a lavoura de café, que então predominava na região. Com o avanço do café para a região norte e oeste do estado, e o conseqüente declínio da cafeicultura na região, o cultivo da uva passou a se desenvolver, de início para suprir o consumo da família. Mas já nas primeiras décadas do século XX, as primeiras cestas de uva Isabel eram remetidas para São Paulo, estabelecendo-se um comércio que durou algumas décadas. Os bairros que enviavam os produtos para a capital paulista eram Colônia, Caxambu, Igoturucaia, Malota e Traviú (ROMERO, 2004).

No século XIX a viticultura paulista se localizava nos bairros e subúrbios da capital. A produção em escala comercial teve início com John Rudge que introduziu a videira Isabel, de procedência americana, na Fazenda Morumbi. Segundo Sousa, (1970) há grande probabilidade das viníferas americanas terem sido cultivadas em Jundiaí por volta de 1880. Em 1886, a produção de vinho no estado era de 1,260 milhões de litros, e em 1889 alcançou de 1,750 milhões. Os principais produtores estavam nas cidades de São Paulo, Itatiba, Mogi das Cruzes, São Roque, Cunha e Sorocaba. Nesse período Jundiaí ainda não era mencionado nessas estatísticas.

Nos dois primeiros anos, o Núcleo Colonial do município recebeu 179 imigrantes italianos. No início se dedicaram ao cultivo do café e depois passaram a cultivar a uva Isabel, a princípio para consumo da família, depois para matar as saudades da vida na Itália.

Cultivada inicialmente entre a lida no café, a uva passou gradativamente a atividade importante, fato que tornou o Núcleo o primeiro bairro vitivinícola de Jundiaí (SOUSA, 1970).

Os primeiros bacelos da uva branca Niagara foram trazidos do estado norte americano do Alabama e introduzidos em Jundiaí por volta de 1910. A Seibel 2, variedade híbrida de bagas pretas, também é introduzida neste período. A partir de 1920, com o cultivo das duas castas, a branca para mesa e vinho branco e a preta para fabricação de vinho tinto, a Isabel começa a perder importância, com a diminuição do seu cultivo (SOUSA, 1970).

Em Jundiaí, o desenvolvimento econômico baseado na viticultura tomou impulso na década de 1930, com a grave crise que se abateu sobre a cultura do café. O setor despontava com grande potencial e apresentava um ambiente institucional coordenado, mobilizando as organizações públicas, como a então Escola Agrícola de Piracicaba, o Instituto Agrônomo, o Instituto Biológico, e as estações de Citricultura de Campinas, Sorocaba e São Roque que desenvolviam pesquisas e apresentavam trabalhos técnicos para melhorar o manejo e a produtividade da cultura (ROMERO, 2004).

O setor privado, por sua vez, estava organizado em associações setoriais, cujos grupos eram constituídos de produtores agrícolas e funcionários de órgãos públicos, o que mostra a forte interação entre todas as organizações locais envolvidas na cadeia vitivinícola.

Em 1934 acontece em Jundiaí a 1ª Exposição Vitivinícola e de Frutas do Estado de São Paulo. Em 1936 foi criada a Estação Experimental de Jundiaí, do Instituto Agrônomo (IAC), um centro de referência para a vitivinicultura no distrito de Corrupira, hoje denominado CAPTA – Frutas (Centro Avançado de Pesquisa Tecnológica do Agronegócio de Frutas). Também foi instalado o Posto de Fiscalização de Vinhos, transformado posteriormente em Estação de Enologia de Jundiaí, do Ministério da Agricultura, que realizava o controle da produção e circulação de vinhos e derivados na zona vitícola da região (Revista da Uva, 1992 *apud* ROMERO, 2004).

Os eventos organizados para divulgar o setor atraíram uma população considerável. A 1ª Exposição Vitivinícola ocorreu no antigo Mercado Municipal. O município tinha então 28.000 habitantes e recebeu 200.000 visitantes, o que gerou um transtorno, já que a cidade não tinha infra-estrutura adequada para um evento de tal porte. A Exposição teve a finalidade de atrair a atenção do país para Jundiaí como centro produtor de uva, firmando em bases nacionais a reputação dos produtos dos parreirais Jundiaenses (ADMINISTRAÇÃO, 1992).

No ano de 1938 acontece a 2ª Exposição Vitivinícola e de Frutas do Estado de São Paulo, junto com o IV Congresso de Viticultura de Enologia em Jundiaí, sinalizando a importância do vinho nas atividades no município.

No período entre as décadas de 1930 a 1950, o setor obteve um suporte importante das organizações públicas e privadas para melhorar a qualidade e aumentar a produtividade, o que propiciou a consolidação da produção de uva, sobretudo a de mesa.

Com o fortalecimento da atividade vitícola aparecem as primeiras indústrias de vinho. As pioneiras Cereser e Borin se instalam como Viti-Vinícolas em 1926. Sua origem é o Bairro do Caxambu, que até hoje concentra importante parcela dos produtores e vinho do município.

No início, estas indústrias utilizam uvas locais e regionais para a fabricação de vinho, que, no entanto, se tornaram pouco competitivas em relação aos preços oferecidos pelas vinícolas do sul do país. Para diminuir os custos de produção, tais vinícolas passaram a utilizar uvas do sul. Atualmente, compram o vinho pronto, que é envasado e rotulado em Jundiaí. A indústria de vinho local utiliza uva de outros estados, principalmente do Rio Grande do Sul, o principal produtor de vinho e de uva para vinho do país (VERDI et al., 2006).

A falta de mercado para a uva vinífera no município levou à redução progressiva da sua produção e estimulou uma forte expansão da produção de uva de mesa. O setor agrícola de Jundiaí tem como principal cultura a produção de uva Niagara, denominada de comum. Apresenta como característica marcante a exploração de pequenas áreas, devido à grande fragmentação dos imóveis, ocorrida ao longo da sua história de ocupação.

Segundo dados disponíveis do Levantamento Censitário de Unidades de Produção Agrícola (LUPA) de 2003, existiam no estado de São Paulo 2.089 Unidades de Produção Agropecuárias (UPAs) ocupadas com o cultivo de uvas, num total de 6635,3 ha, ocupados com cerca de 30 milhões de pés. Jundiaí se destacava como o município com a maior participação, 28% da área cultivada no estado. Esta atividade ocupava somente 11,4% da área cultivada do município (VERDI et al., 2005).

Os dados do LUPA de 2007/08, mostram que mais recentemente há no município 1.535 unidades agrícolas sendo que 72% ocupavam pequenas áreas, variando de 0,1 a 10 ha. A cultura que aparece com maior frequência é a uva, em 551 Unidades de Produção Agropecuárias (UPAs), que representam quase 36% do total, e ocupam 1.843,4 ha, seguido do eucalipto, que aparece em 30% do total das UPAs e ocupa a maior área dentre as culturas de

Jundiaí (4.411,6 ha). O pinus, apesar de presente em apenas 21 UPAs, mostra uma área relevante (1.073,5 ha), indicando ocupar grandes extensões de terra, ao contrario da uva comum, cuja área média é de 3,34 ha (CATI, 2008).

A região tem boas condições edafo-climáticas para o cultivo da videira, que aliada à tradição e ao conhecimento acumulado ao longo da história das famílias na atividade, permitem a produção de uvas de melhor qualidade, quando comparada com as mais recentes regiões produtoras de clima tropical (VERDI et al., 2005).

A uva é a fruta de clima temperado mais cultivada e constitui uma das frutíferas mais cosmopolitas que existe. Na divisão do estado realizada pelo órgão oficial de assistência técnica, a Coordenadoria de Assistência Técnica Integral (CATI) da Secretaria de Agricultura, no Escritório de Desenvolvimento Regional (EDR) de Campinas, destacam-se em 2006 os municípios de Jundiaí, Indaiatuba e Itupeva, como os que apresentam o maior número de videiras. Em 2007, este EDR produziu a significativa parcela de 76% da produção total de uva paulista, e Jundiaí foi responsável por 30% da produção de uva de mesa (SILVA et al., 2006; IEA, 2007).

3.4. A expansão urbana

Na região próxima a Jundiaí e Campinas, a expansão imobiliária contribui para a valorização das terras, o que vem se constituindo numa opção interessante para os produtores de uva e vinho da região. Uma observação da paisagem regional, de acordo com Verdi (2005), já revela que uma boa parte da produção de uva é realizada junto aos muros dos grandes condomínios fechados, fato este que contribui para a geração de conflitos de interesses e desestímulos à produção.

Tendo em vista esta realidade regional, a área rural de Jundiaí, apesar de ter o uso regulamentado pelo poder público municipal, vem convivendo com a contínua expansão urbana. No município existia em 2004 cerca de 300 loteamentos clandestinos de alto e baixo padrão. A ocupação clandestina é fato importante na vida da cidade e o poder público reconhece e explicita a necessidade de resolver questões dos assentamentos clandestinos e irregulares no Município, “que constituiu um ponto importante na confecção das leis” (Prefeitura do Município de Jundiaí, 2004).

As Leis Urbanísticas de Jundiaí⁴ estabeleceram regras para gerenciar a ocupação desordenada do espaço, devido, segundo a Secretaria Municipal de Planejamento (2005), à crescente demanda por moradias na zona rural da cidade, o que direciona a expansão dos novos loteamentos para além dos limites do perímetro urbano.

Estes espaços são ocupados tanto pela população de baixa renda, à procura de áreas de preço da terra mais baixo em relação às áreas urbanas, para construir sua casa própria, quanto pela população de alta renda, que procura melhor qualidade de vida nos condomínios residenciais. Estes últimos se estabelecem em áreas isoladas, muitas vezes cercadas por barreiras físicas, que desconsideram a dimensão pública do espaço urbano. As áreas ocupadas pela população de baixa renda, por sua vez, acarretam outros tipos de problemas, como a falta de infra-estrutura básica de abastecimento, disposição do lixo, coleta e tratamento de esgoto.

O poder público reconhece que a ocupação clandestina traz prejuízos à cidade: “atividades essencialmente rurais têm sido fortemente afetadas pela presença desses loteamentos, que aumentam o número de invasões das propriedades, causando destruição das plantações e roubo das residências.” Secretaria Municipal de Planejamento e Meio Ambiente de Jundiaí (2007:2). O documento conclui pela necessidade de se avaliar dois aspectos importantes, como os impactos causados pela crescente urbanização, quanto a necessidade de identificar o perfil da nova zona rural e reavaliar os seus princípios e a sua função para a cidade.

A tendência para a ocupação do espaço rural é intensificada no município pela sua localização estratégica e pelo potencial de desenvolvimento econômico. Tendo em conta estes fatores, a Prefeitura Municipal reconhece,⁵ alguns pontos sobre a zona rural, que poderão orientar o sentido da expansão urbana:

“Qual a atual função das zonas rurais: permitir exclusivamente o desenvolvimento de atividades agrícolas ou turísticas de apoio às

⁴ “Em consonância com as diretrizes estabelecidas no Plano Diretor foi elaborada a lei de parcelamento, uso e ocupação do solo – ou a Lei de Zoneamento – para promover a equilibrada distribuição de habitações e atividades econômicas no município, a proteção do patrimônio ambiental natural e construído...” (Secretaria de Planejamento e Meio Ambiente, 2005).

⁵ em documento colocado para discussão no Fórum Intermunicipal de Planejamento.

zonas urbanas? Oferecer um novo padrão de moradia aos cidadãos, longe dos centros urbanos? Atuar como um “cinturão verde”, favorecendo a qualidade ambiental das cidades? Como favorecer a permanência dos moradores originais das zonas rurais, criando alternativas econômicas viáveis para os agricultores? Como incentivar a manutenção e o desenvolvimento de novas atividades econômicas nas zonas rurais, mantendo suas características básicas? Como conciliar a ocupação da zona rural com a necessidade de conservação dos recursos naturais existentes?” (Prefeitura do Município de Jundiá, pg. 1)

Esta preocupação é bastante atual e pouco usual entre os dirigentes locais ou regionais. E começa a se observar uma movimentação sobre o tema no município, ainda que incipiente e pouco coordenada, que tem como foco a valorização do enoturismo, ou seja, da vitivinicultura associada ao turismo rural.

Experiências de outros países mostram que o processo de transformação do espaço pode demandar muita articulação, organização e tempo. Como já mencionado anteriormente, na Europa a aplicação das diretrizes de políticas ambientais ocorre em velocidades distintas, conforme a correlação de forças nas instâncias de negociação local e/ou regional. A valorização do papel e a manutenção da atividade agrícola também passam por esse processo.

As lideranças da Secretaria Municipal de Planejamento e Meio Ambiente estão atentas para a questão da expansão urbana, com reflexos no setor rural e na atividade agrícola. Elas estão cientes da importância da discussão e de qual cenário o município deseja, enfatizando que a decisão que deve ser tomada pelo conjunto da comunidade, para que todos possam partilhar os riscos e os benefícios a serem encontrados no caminho (PREFEITURA, 2007). Não é perceptível, no entanto, uma articulação mais sólida entre os diversos órgãos municipais, que demonstre ser esta uma preocupação de governo.

A queda da renda com a produção da uva e a alta dos preços da terra da região, na última década, levou parte dos viticultores a desistir da atividade e vender suas terras. Isso levou ao surgimento de vários loteamentos, com todas as conseqüências já citadas. São várias as histórias contadas por produtores sobre conhecidos e/ou vizinhos que agora passam por

dificuldades para sobreviver, seja por problemas para administrar o capital obtido ou pela falta de terras para tirar o sustento da família.

Em contrapartida, devido a este tipo de dificuldades, começa a haver maior resistência aos loteamentos em bairros rurais mais organizados. Além disso, a atual gestão do município procura fazer valer as diretrizes de ocupação colocadas no Plano Diretor, na velocidade possível da infra-estrutura existente e da pressão social e política. A realidade, no entanto, é que as a necessidade de moradia barata e as empresas ligadas aos empreendimentos de alto padrão são mais ágeis na concretização dos seus objetivos (REIS, 2006).

A preservação deste espaço e a sustentabilidade dos produtores estão associadas à agregação de valor ao produto local para fazer frente à elevação do preço das terras. Uma possibilidade já em curso é o desenvolvimento do turismo rural, aproveitando a vantagem da proximidade das Regiões Metropolitanas de São Paulo e Campinas.

O presente capítulo apresentou a revisão bibliográfica desta pesquisa no que diz respeito à periurbanização, pluriatividade e multifuncionalidade da agricultura. Além disso, foram introduzidas algumas informações sobre o vinho e sua história no município de Jundiá. O capítulo seguinte detalha os aspectos metodológicos que permitiram a realização da pesquisa.

4. METODOLOGIA

Para o planejamento de ações locais é necessário se fazer um reconhecimento da realidade da produção e do universo dos produtores que elaboram o vinho artesanal. Portanto, um diagnóstico sócio-econômico e produtivo que retrate a realidade atual é fundamental para fornecer subsídios para que as organizações setoriais possam elaborar suas estratégias de desenvolvimento.

Pesquisas às fontes de dados secundários evidenciam a falta de informações sobre a atividade vitivinífera no Estado de São Paulo. Os resultados da pesquisa “Revitalização da Vitivinicultura Paulista: competitividade, governança e sustentabilidade” (VERDI, et al. 2007), alertam para a carência de informações básicas, o que impossibilita identificar a realidade sócio-econômica do setor. Tal estudo propôs como um dos objetivos na continuidade do projeto a montagem de um cadastro por meio de um censo da vitivinicultura de quatro municípios⁶, entre os quais está Jundiaí. Portanto, uma parte dos dados obtidos, que se referem a este município, foram utilizados e analisados neste trabalho.

Apesar da importância social e cultural dos vitivinicultores de Jundiaí, as séries estatísticas sobre este segmento produtivo, principalmente aquelas relacionadas à produção de vinho artesanal são bastante precárias e pontuais, uma vez que grande parte dessa produção é informal. Esta situação é crítica, considerando-se que os dados mais atualizados eram do LUPA de 1995/96, realizado pela Secretaria de Agricultura e Abastecimento do Estado de São Paulo - SAA e da Secretaria de Planejamento e Meio Ambiente - SPMA de Jundiaí relativos a 2005. Estas últimas informações, por problemas operacionais, não detalharam a atividade agrícola em parte do levantamento.

Os cadastros destas organizações com a relação dos nomes dos produtores foram utilizados pelo Projeto FAPESP e por esta pesquisa, uma vez que os dados destas fontes estavam incompletos ou desatualizados e não contemplavam maior detalhamento sobre a atividade, o que se mostrou necessário para a realização das pesquisas. Apesar da falta de dados quantitativos, os depoimentos levantados junto aos produtores agrícolas, lideranças do

⁶ Além de Jundiaí, os municípios parceiros do Projeto FAPESP são Jarinu, São Roque e São Miguel Arcanjo.

setor e técnicos locais, alertavam para as significativas mudanças que vêm ocorrendo no espaço rural do município, no período de pouco mais de uma década.

A comprovação desta percepção era difícil pela falta de uma série estatística que evidenciasse esta realidade. Esta situação foi amenizada com a realização do último LUPA referente ao ano de 2007/08 que, por ter a mesma base metodológica do levantamento realizado em 1995/96, permitiu a comparação das informações num período de 12 anos. Verificou-se, no entanto, que os dados cotejados não traduziram a observação qualitativa relatada pelos técnicos e profissionais ligados ao setor. Segundo eles, houve uma forte redução de unidades produtivas e da área cultivada com uva. Porém, de acordo com os dados do LUPA, a viticultura se manteve estável nos últimos 12 anos, com praticamente o mesmo número de UPAs (500 em 1995/96 e 501 em 2007/08) e redução de área plantada de apenas 3,9% (CATI, 2009).

A partir da composição dos cadastros existentes no município, como os da Casa de Agricultura (CA), que é a organização da Secretaria de Agricultura e Abastecimento de São Paulo encarregada de prestar assistência técnica aos produtores do município, os da SPMA de Jundiaí e da Associação Agrícola, realizou-se uma depuração das listas, com o auxílio dos técnicos mais diretamente ligados ao setor, ou seja, os da CA/SAA e da Secretaria de Agricultura de Jundiaí. Este trabalho consistiu na averiguação dos nomes e localização dos viticultores e das lideranças dos bairros, quando foi constatada a desistência do cultivo das videiras de parte importante dos produtores. Este cadastro depurado serviu de base para a organização do levantamento de um censo da vitivinicultura, que foi realizado por técnicos locais que foram treinados para este fim.

A pesquisa teve três fases distintas. A primeira constou de entrevistas com as lideranças das organizações municipais que tivessem alguma interface com a produção vitivinícola em Jundiaí. A segunda consistiu do levantamento de questionários para a elaboração do censo propriamente dito. Finalmente, na terceira fase, foram feitas entrevistas com os viticultores que comercializam o produto.

A primeira etapa teve como objetivo conhecer o ambiente institucional em que se desenvolvia a produção de uva e vinho no município para auxiliar no trabalho de composição da realidade vivenciada pelos vitivinicultores, e levantar quais as ações implementadas pelas

organizações para dar suporte à atividade. Para isto, utilizou-se um roteiro de orientação de entrevista (Anexo 1) onde se procurou levantar qual a função de cada organização, como interferem ou atuam para viabilizar a vitivinicultura artesanal no município, e quais os principais problemas que limitam a sua atuação.

As entrevistas foram realizadas entre os anos de 2008 e 2009 com as lideranças locais, os técnicos do Departamento de Fiscalização e Fomento da Produção Vegetal do MAPA, da Casa de Agricultura (CATI) de Jundiáí, da CAPTA - Frutas (IAC / APTA), das Secretarias Municipais de Agricultura e de Planejamento e Meio Ambiente, da Associação Agrícola, da AVA - Cooperativa Agrícola dos Produtores de Vinho (antiga Associação de Vinicultores Artesanais), do Sindicato Rural e do Sindicato dos Trabalhadores.

A segunda etapa consistiu do levantamento do censo, cujo objetivo foi o de obter informações que permitissem delinear em grandes linhas o perfil sócio-econômico dos vinicultores, para responder a questões como quem são, quantos são, quanto produzem, etc. Com isso foi possível fazer o reconhecimento do segmento em estudo.

Com tal finalidade foi empregado o método quantitativo, com o levantamento das propriedades vitícolas, o que possibilitou conhecer o universo de produtores de uva atuantes no setor no ano agrícola de 2007/08. O segundo questionário foi direcionado à atividade vinícola. Esta fase dos trabalhos consistiu de levantamento dos questionários seguindo o cadastro dos proprietários das Unidades Produtivas (UPs), consolidado anteriormente, assim como da investigação sobre a existência de outros produtores não cadastrados, a fim de assegurar o registro da totalidade dos vitivinicultores nos bairros previamente delimitados para cada entrevistador. Uma dificuldade adicional encontrada no levantamento foi que mesmo após a depuração inicial, muitos dos produtores do cadastro não cultivavam mais a uva.

O objetivo desta fase foi levantar o universo de viticultores de Jundiáí com um questionário específico (Anexo 2), com questões que permitissem traçar um perfil: a) dos produtores, como idade, escolaridade, local de moradia, principal fonte de renda, o tempo e a participação do trabalho familiar nas atividades; b) da produção das uvas, como área e volume produzido nos vinhedos, o manejo da atividade e as principais formas de comercialização; e c) da produção de vinho, se a família ainda produz e há quanto tempo se dedica à sua elaboração. Estes dados auxiliaram a compor parte do quadro que permite agrupar e analisar os produtores.

Quando se constatava que havia elaboração de vinho no imóvel rural era aplicado o segundo questionário específico (Anexo 3), cujas questões indagavam sobre: a) as condições de produção do vinho artesanal, como local de produção, armazenamento, manejo e material utilizado; b) a procedência e os cultivares de uva utilizados; e c) as formas de comercialização mais freqüentes, os principais problemas enfrentados, etc.

Após a realização deste censo de vitivinicultores artesanais, os questionários passaram por supervisão para correções. Trabalhou-se também no cadastramento dos dados e consolidação de relatórios, assim como na elaboração e testes de consistência do sistema de banco de dados específico para o Projeto FAPESP. Os testes de consistência foram realizados para diminuir os erros que poderiam ocorrer no levantamento de campo ou no cadastramento dos dados. Dentre os principais, foram estabelecidos parâmetros para detectar eventuais erros de produtividade, de área plantada e da relação entre a produção de uva e a de vinho.

Buscou-se detectar a falta de informações após a percepção da falta de uma questão que não estava explicitada no questionário sobre a elaboração de vinho para a família, o que foi corrigido, já que a pergunta somente indagava se o produtor fazia vinho. Percebeu-se na supervisão que, após alguns questionamentos, o produtor relatava que fazia vinho em pequena quantidade, apenas para o consumo da família, daí a resposta negativa.

Entretanto, esta informação era importante para identificar e quantificar a produção vinícola efetiva no ano agrícola pesquisado. Além disso estes produtores também são potenciais produtores comerciais de vinho, e não haviam sido registrados como vinicultores no universo pesquisado. Para retificar esta lacuna, os produtores foram novamente contatados por telefone. O que facilitou contornar esta dificuldade foi o cadastro dos produtores obtido do banco de dados em fase de consolidação, e o fato de praticamente todos os produtores terem alguma forma de comunicação, sobretudo o telefone móvel.

Tendo como base as fases iniciais de reconhecimento do segmento produtivo, o objetivo da terceira etapa foi afunilar a investigação para o universo dos vinicultores já inseridos no mercado local: os que elaboravam e já comercializavam o vinho artesanal.

Para isso foi pesquisado o histórico de produção de uva e vinho das famílias. Considerou-se o período após a crise da vitivinicultura, que se inicia no final da década de 1980, com a queda dos rendimentos da uva e escassez de mão-de-obra qualificada, até os dias atuais.

Foi elaborado um roteiro de entrevistas (Anexo 4) que foi estruturado no sentido de pesquisar por que estes produtores, ao contrário dos que só fazem a bebida para o consumo familiar, optaram por investir na atividade vinícola. Assim, levantou-se o histórico da família na atividade vitivinícola e a avaliação que os produtores fazem da produção de uva e vinho como fonte de renda familiar, tanto antigamente quanto nos dias atuais. Também foram investigadas a divisão do trabalho que se estabelece, o papel da participação dos filhos na atividade, quais as combinações de atividades adotadas e a composição da renda familiar, assim como a visão sobre as perspectivas futuras em relação à viticultura no município.

Desse modo, procurou-se levantar nas entrevistas como as famílias começaram na atividade vitivinícola no município, como foram se adequando às mudanças e como, as estratégias adotadas ao longo da história da família para garantir a sua reprodução social foram conformando a atual condição produtiva e organização de trabalho. Estas informações forneceram os subsídios necessários para o agrupamento de produtores e a construção dos diferentes tipos de vinicultores que estão se constituindo em Jundiaí. Esta diferenciação, por sua vez, pode auxiliar na formatação de ações ou políticas públicas direcionadas para as especificidades de cada tipo de vinicultor.

Inicialmente, a idade, a origem da renda principal, as combinações para compor a renda familiar e o nível tecnológico obtidos a partir do censo vitivinícola foram considerados como parâmetros para agrupar os produtores. Tendo em vista, a idade média avançada dos responsáveis, e considerando que a continuidade da vitivinicultura poderia estar limitada à atual geração, o que demandaria planejamento de ação de desenvolvimento diferenciado, foram levantados mais alguns parâmetros nas entrevistas qualitativas: qual o grau de inserção e participação dos filhos na atividade, qual a avaliação que o produtor faz da atual situação e quais são as expectativas futuras em relação à vitivinicultura para a reprodução social da família no município. Estes parâmetros também foram considerados para o reagrupamento dos vitivinicultores.

Para viabilizar as entrevistas⁷ foi realizado contacto com a liderança da Cooperativa Agrícola dos Produtores de Vinho (AVA), a quem foi solicitado apoio para auxiliar a diminuir a resistência. Por serem informais, os produtores temem constantemente ser fiscalizados pelos órgãos de vigilância sanitária. A liderança da AVA organizou uma reunião com os associados, na qual foram apresentados os dados consolidados - ainda que preliminares - da etapa quantitativa, e expostos os novos objetivos, agora qualitativos, assim como os de coleta de material para continuidade do projeto. Este procedimento propiciou a realização do trabalho com quase todos os cooperados.

A maior parte, ou seja, 30 produtores, que representam 85%, aceitou realizar a entrevista e dentre eles 28 mostraram interesse em conhecer o padrão do vinho que produzem. Além destas informações, visando aprofundar o caso dos vinicultores artesanais de Jundiaí, foi utilizado um material elaborado por familiares dos produtores para realizar trabalho de final de curso de Turismo Rural, no qual são retratadas as histórias dos seus antepassados e da formação da atividade no município.

Considerando-se o exposto e resgatando o que Carneiro (2005) e Schneider (2007) colocam a respeito da necessidade de explicitar a diversidade de contextos em que a reprodução social ocorre, foram feitas entrevistas e a fim de organizar melhor as informações quantitativas e qualitativas coletadas. Uma síntese que compõe um quadro geral pode ser encontrada no Anexo 5.

⁷ Nesta etapa também se realizou a coleta de amostras de vinho para realizar o diagnóstico sobre as condições químicas do vinho produzido na região, outra parte do projeto FAPESP, realizada pelo Instituto Tecnologia dos Alimentos (ITAL), ligado à SAA.

5. A PESQUISA EM JUNDIAÍ

No presente capítulo são abordados os principais resultados da pesquisa realizada no município. Destaca-se o papel das organizações, assim como as características produtivas e sócio-econômicas locais da produção de uva e vinho, com ênfase no caso dos vitivinicultores artesanais e sua tipologia.

5.1. Atuação das organizações

Além das dificuldades decorrentes da sua especificidade, a produção não-agrícola, ainda que artesanal, é regulada por um ambiente institucional, que afeta todos os agentes, como direitos de propriedade, políticas de segurança alimentar, garantia de qualidade mínima, etc. Por conseguinte, ao comercializar a produção de vinho artesanal, os produtores passam a ter que seguir as regras formais que regem a atividade, como o pagamento de impostos e a obediência a parâmetros oficiais de sanidade, de qualidade, entre outras. A maior complexidade das relações que se estabelecem devido aos vínculos legais, técnicos e econômicos faz com que as instituições se tornem fundamentais, dada a necessidade de reduzir as incertezas e permitir o avanço das ações coordenadas (ABRAMOVAY, 2001).

As instituições assumem importância porque constituem as regras do jogo e são representadas pelas leis, tradições e costumes que caracterizam cada sociedade. Este conceito parte do pressuposto que toda a sociedade funciona baseada em normas e tem como objetivo criar estruturas que permitam a interação social em todos os níveis, no campo político, social e econômico (NORTH, ZYLBERSTAJN, 2000; CASTRO, et al, 2002).

Ao aprofundar no tema, North (1990) continua que as instituições podem ser formais, como as leis estabelecidas pela sociedade, ou informais, como as convenções e códigos de comportamento. As instituições informais se originam do legado cultural transmitido por gerações sucessivas e são predominantes em sociedades menos complexas.

Nesse caso, a cultura é entendida como “a transmissão, de uma geração a outra, via ensino e imitação, do conhecimento, valores, e outros fatores que influenciam o comportamento” e representa o veículo fundamental que explica o caráter estável e incremental das mudanças institucionais. Para North (1990), as condições típicas de

comunidades tradicionais são: “a negociação repetida, homogeneidade cultural (conjunto comum de valores) e ausência de contratos. “Nestes casos os custos de transação são baixos porque a especialização e a divisão do trabalho são rudimentares...”

A produção de vinho artesanal de base informal e familiar se assemelha às características colocadas pelo autor, ao qualificar as “condições típicas de comunidades tradicionais: a negociação repetida, homogeneidade cultural (conjunto comum de valores) e ausência de contratos”.

A comercialização informal realizada sem seguir as normas da vigilância sanitária e de recolhimento de impostos passa a sofrer pressão de ordem legal. Entre 2003 e 2004, foram feitas denúncias ao Ministério da Agricultura e várias adegas, que foram alvos de fiscalização, tiveram que se comprometer a se ajustar às regras determinadas pelas autoridades legais. Para estes agricultores, a tradição e o conhecimento de produzir uva e vinho é um patrimônio social e cultural das famílias.

Alguns produtores percebem a pressão para se legalizar como uma interferência num procedimento privado, no saber que pertence aos ancestrais da família. Esta nova situação é motivo de tensão entre os agricultores familiares, que relutam em mudar alguns procedimentos técnicos já cristalizados e percebem a legalização da atividade também como uma burocracia cara e difícil de ser vencida.

A necessidade de alternativas de renda, a mobilização e a maior divulgação do vinho artesanal ocasionaram uma reação dos produtores de vinho legalizado que detonou um processo de mudança no ambiente institucional que norteia a atividade e demandou transformações da parte dos produtores. Em 2004 um grupo de produtores começou a se organizar fundando a então denominada Associação de Viticultores Artesanais (AVA), num movimento que foi deflagrado pela denúncia de produção e venda ilegal de vinho.

Os produtores, a maioria com mais de 70 anos, receberam a fiscalização com surpresa. Segundo depoimento de um dos filhos, a primeira reação foi de desânimo, pois sempre dedicados àquela rotina produtiva, não vislumbravam formas de se ajustar às regras oficiais. A perspectiva mais forte, para eles, era de parar a produção que desenvolviam há mais de meio século.

Para garantir a tradicional atividade dos pais, os filhos que já não atuam diretamente com isso, lideraram a busca de alternativas possíveis para adequar o processo produtivo às

normas exigidas pela legislação. Neste processo constataram a necessidade de agregar outros produtores nesta empreitada e formar uma organização, como a AVA, para formatar algumas ações conjuntas. O principal problema era o alto custo das mudanças exigidas, uma vez que mesmo para os produtores de pequenas quantidades as normas são as mesmas demandadas para grandes empresas que apresentam maior escala de produção. As dificuldades encontradas para se ajustar às exigências para formar uma associação se concentravam principalmente na melhoria das condições de fabricação, de envasamento e de comercialização do produto.

O processo foi realizado conforme a disponibilidade de recursos da família, concomitante com o trabalho de convencimento dos mais idosos com relação às mudanças que se faziam necessárias. Em 2006, os produtores acabaram atingidos por uma alteração da Instrução Normativa nº 34 do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA), de 4 de outubro daquele ano, que determinava a obrigatoriedade das organizações formarem uma cooperativa para se comercializar o produto visando a obtenção de algum lucro e todo o processo tem início novamente.

Muitas foram as dificuldades encontradas, como a obrigatoriedade de realização de ações coletivas, como o envasamento do vinho com um rótulo em comum. A maior parte dos produtores fazia questão de manter os nomes de suas adegas para preservar a identidade da família no produto. A liderança da AVA está promovendo um movimento contínuo de articulação entre a preservação da tradição local e as exigências do MAPA.

Outras atribuições da AVA são conquistar e preservar um espaço próprio de produção e comercialização de vinho artesanal, mantendo o modo tradicional de produção, organizando as ações de forma coletiva, tanto para se adequarem aos padrões da vigilância sanitária, quanto para efetuar compras conjuntas e realizar as negociações junto às autoridades competentes e reivindicar ajustes da legislação às peculiaridades da produção familiar artesanal de vinho.

Este grupo formado na sua totalidade por agricultores familiares, ainda em número restrito, é pioneiro e empreendedor nesta mobilização na região. O grupo ligado à AVA, que demonstra ter o que Fligstein (2001) chama de habilidades sociais, pode assumir um papel importante no fortalecimento da atividade vinícola local, considerando-se a necessidade de atender à demanda pela legalização e oferta de produtos de melhor qualidade ao consumidor.

Em termos de suporte de organizações governamentais, o setor agrícola de Jundiá tem o apoio de uma estrutura da Prefeitura Municipal e da Secretaria de Agricultura do Estado. Da

parte do município, conta com o Departamento de Agricultura e Abastecimento, cuja função é organizar a venda de produtos locais em pontos por ele determinados. Há recursos humanos disponibilizados para atender o setor, porém, segundo declarações dos funcionários, o orçamento municipal vem diminuindo a participação relativa do Departamento, o que reflete a importância cada vez menor do setor agrícola na economia e na correlação das forças políticas no município.

Um departamento que pode afetar indiretamente a atividade agrícola é o de Desenvolvimento Econômico e Turismo, que têm como atividade principal organizar projetos para estimular o turismo rural, como o Circuito das Frutas, envolvendo grupos mais organizados dos produtores. Além dele assume importância, a Secretaria de Planejamento e Meio Ambiente, cuja função primordial é planejar e estabelecer diretrizes para a ocupação do solo, atua na regulação e direcionamento da expansão urbana no município.

Dentre as organizações com trabalho mais direto junto aos agricultores, em nível estadual, está a Casa de Agricultura, da CATI, que já cumpriu o importante papel de fornecer assistência técnica aos produtores agrícolas, sobretudo nas décadas de 1940/50. Com a atividade vitícola já consolidada e a assistência técnica fornecida pelas empresas de insumos e agrotóxicos, a Casa de Agricultura de Jundiaí é pouco requisitada para este fim. Atualmente seus técnicos cumprem tarefas mais burocráticas, estabelecidas pela administração central situada em Campinas, como cuidar de contratos de seguros e elaborar relatórios.

O Estado também mantém no município, como já mencionado, o Centro Avançado de Pesquisa Tecnológica do Agronegócio de Frutas (CAPTA – Frutas), que é ligado ao Instituto Agrônomo de Campinas (IAC). No município também está sediado o Centro de Automação da APTA.

As organizações governamentais, de um modo geral, estabelecem pouca articulação entre si. Mesmo as mais diretamente envolvidas com o segmento se dedicam a realizar ações já consolidadas, como a organização de festas do município. A articulação ocorre somente de forma pontual e, sobretudo, quando há alguma demanda de iniciativa externa. Não se estabelece uma relação de sinergia e de colaboração entre as diferentes organizações que afetam direta ou indiretamente o setor agrícola local. Em algumas situações, ao invés de cooperação, há conflitos e disputas de interesses entre elas.

Do mesmo modo, as organizações estaduais de pesquisa, que tiveram papel fundamental para o segmento da viticultura de mesa até meados do século passado, atuaram de forma pouco articulada com as demandas do setor vitivinícola. No antigo Centro de Frutas do IAC não havia sequer uma programação de pesquisas para a uva. As pesquisas se pautaram em iniciativas pessoais e dependentes principalmente de recursos de financiamentos externos.

A vitivinicultura não faz parte das prioridades das organizações de pesquisa paulistas, historicamente focadas nas atividades que geram os maiores valores de produção e tenham maiores possibilidades de obter parcerias e recursos para a pesquisa. Portanto, para a vitivinicultura, o trabalho de pesquisa foi importante para a consolidação da uva de mesa até meados do séc. XX. No entanto, para a uva de vinho, sem uma ação mais consistente de uma política institucional voltada para o setor, poucos foram os resultados efetivos.

Mais recentemente, com a contratação de novos pesquisadores pelo estado e a iniciativa da parcela mais organizada do setor pressionando as instituições governamentais estaduais, além do apoio financeiro obtido para projetos de investigação como o alcançado junto à FAPESP, verifica-se uma maior mobilização e convergência de ações de pesquisa voltadas para a uva para vinho nas instituições estaduais de pesquisa e ensino como a APTA/SAA e a FEAGRI/UNICAMP.

O Ministério da Agricultura atua na fiscalização dos estabelecimentos e dos produtos agropecuários comercializados no município. Os vinicultores são contactados pelo MAPA quando recebem denúncias de venda ilegal de produtos. Em Jundiaí, mais do que autuar, os fiscais federais têm agido no sentido de orientar os produtores a se adequarem às exigências legais para a obtenção do registro, e assim formalizar o estabelecimento e os produtos comercializados.

Diante disso, verifica-se que, após um período sem políticas públicas especificamente direcionadas, está se iniciando uma movimentação para desenvolvimento do setor. Mas ainda não se vislumbra uma coordenação efetiva entre as organizações governamentais estabelecidas em Jundiaí para o desenvolvimento da vitivinicultura.

A ausência de sintonia é explicitada em documento da Secretaria de Planejamento e Meio Ambiente: “a falta de uma política habitacional para a zona urbana, a falta de uma política agrícola para a zona rural, que crie condições para a permanência do Homem no

campo e considere aspectos como as mudanças culturais e tecnológicas contemporâneas, é um problema para a cidade” (PREFEITURA, 2007, p. 9).

A Associação Agrícola de Jundiaí, antes denominada Sociedade Civil dos Vitivinicultores de Jundiaí, foi fundada em 1945 por engenheiros agrônomos locais. Tinha como um dos objetivos até os anos 1960, confeccionar caixas para uvas e morangos, assim como a venda de fungicidas e ferramentas agrícolas para os associados. A Associação atuou de forma decisiva no combate à Filoxera (*Daktulosphaira vitifoliae*) ocorrida na região do bairro Caxambu, “apoiando os agricultores na busca da solução e distribuindo material impresso orientando no combate à doença” (ADMINISTRAÇÃO, 1992).

Desde 1980 a Associação Agrícola assume, ao lado da Prefeitura Municipal, a realização da Festa da Uva, cujo objetivo é divulgar a uva de Jundiaí e região. A Festa faz parte do calendário do Circuito das Frutas e proporciona oportunidades de negócios para os produtores. Apesar de já ter atraído público maior, ainda hoje, as festas são importantes formas de divulgação da uva e do vinho do município. A organização do evento envolve as organizações governamentais e associações dos bairros. A renda é revertida para obras sociais de bairros como Engordadouro, Toca, Roseira, Poste, Bom Jardim, Traviú e Corrupira, que participam da sua organização (ADMINISTRAÇÃO, 1992).

Ao lado da estrutura organizacional governamental do município e do estado para atender às necessidades do setor agrícola, Jundiaí tem o Sindicato Rural, que tem atuado junto com o SEBRAE. Segundo depoimento de produtores, eles foram eficientes, no início da mobilização, na promoção de cursos voltados para o vinho. O Sindicato dos Trabalhadores Rurais também promove a capacitação dos agricultores e desenvolve experimentos em parceria com a CAPTA - Frutas, para demonstração.

Além das organizações diretamente ligadas à vitivinicultura em Jundiaí há ainda as tradicionais associações de bairros, formadas pelas comunidades que se mobilizam, ainda hoje, com a finalidade de organizar festas para arrecadar fundos para obras sociais das igrejas e para divulgar os produtos locais.

A articulação empreendida pelo SP-Vinho/FIESP também teve como resultado o estabelecimento em 2008 da Câmara Setorial da Uva e Vinho (CSUV), na SAA, que é aberta para todos os elos da cadeia vitivinícola. Os principais participantes são as lideranças dos

envasadores, dos vitivinicultores artesanais e funcionários de governo municipal e estadual, ligados às atividades do setor.

A CSUV é presidida pela liderança dos envasadores e são claras as diferenças existentes entre os pleitos dos dois dos principais segmentos produtivos, por política de governo, em escala e em demandas. Os envasadores, que trazem o vinho pronto de outros estados, têm como principal reivindicação a redução de impostos, para alcançar igualdade de condições com os demais estados da federação.

Os produtores artesanais, por sua vez, que têm como característica principal o cultivo da uva própria para elaborar o vinho, têm como reivindicação o auxílio às cooperativas para constituir uma infra-estrutura básica, que permita aos vinicultores familiares obter a formalização da atividade. Uma das suas demandas é a construção de um veículo adaptado para engarrafar a um custo compatível com os ganhos, a pequena parcela de vinho produzida em cada propriedade/vinícola. Esta prática aumenta as possibilidades de atender a uma das exigências do MAPA, e também de preservar a identidade das vinícolas familiares.

Apesar das diferenças entre os segmentos produtivos, a CSUV permite maior visibilidade e peso político para as várias reivindicações do setor. Particularmente para os vitivinicultores artesanais, que não tinham acesso facilitado junto ao governo e estão em processo de consolidação de suas organizações. Este um espaço importante para colocar as suas demandas.

A SAA além das organizações de assistência técnica e pesquisa também dá suporte de crédito subsidiado aos agricultores familiares, via Fundo de Expansão dos Agronegócios Paulista (FEAP). Apesar de não ser uma linha exclusiva para os vitivinicultores, o FEAP disponibiliza linhas de crédito direcionadas para os produtores de frutas e para a aquisição de tratores de pequeno porte, mais adequado às suas necessidades produtivas.

Quando se indaga os vitivinicultores sobre o papel das organizações municipais para dar suporte às atividades vitivinícolas no município, é quase unânime a declaração de que eles não são assistidos por aquelas que dependem de recursos governamentais. Isto se deve ao fato de elas implementarem ações de forma pontual e esporádica, sem aderência com um plano maior de desenvolvimento do setor.

Em Jundiaí prevalece o perfil de lideranças de organizações pouco articuladas entre si, o que dificulta o diálogo com outras organizações da sociedade civil, e mesmo com órgãos

governamentais, para formular políticas públicas, tendo em vista o desenvolvimento do setor e suas formas de integração com a cidade. Esta realidade é resultado, apesar da existência de várias organizações de produtores, da ainda fraca articulação política do segmento agrícola do município, que tem dificuldade em se organizar em torno de interesses comuns, o que fragiliza o poder de negociação junto aos governos e outros setores econômicos. Somente a AVA e a CSUV têm claros como meta uma estratégia de desenvolvimento do setor vitivinícola.

5.2. Caracterização da vitivinicultura de Jundiaí

O EDR de Campinas historicamente apresenta produção significativa de uvas no estado. Segundo dados disponíveis, de 1985 a 1990 a região produz cerca de 30% do total estadual. No entanto, a partir da década de 1990 até o ano de 2005, sua participação relativa se reduz drasticamente, chegando a somente 11% em 2000. A partir de 2006 e 2007, os dados apresentados surpreendem, pois indicam a retomada da produção de cerca de 30% do total. Jundiaí é responsável pela produção de cerca de 11% a 15% do total de uvas produzido no EDR de Campinas (IEA, 2007).

Atualmente, segundo Verdi (2008), não se verifica uma articulação consistente entre os segmentos produtores de uva e de vinho no município. Esta situação foi resultado da especialização na produção de uva de mesa. Somente nos últimos anos, com a baixa dos preços dessa uva, a produção de vinho foi colocada como uma das alternativas mais viáveis de renda, o que explica a tendência do aumento da área cultivada com uvas para vinho no município. A produção de uva de mesa, no entanto, é em grande parte, utilizada pelos vinicultores para elaboração do vinho artesanal familiar.

Os antigos colonos elaboravam o vinho para consumo da família com a uva então disponível no local, ou seja, as variedades de mesa Niagara e Isabel, e acrescentavam açúcar para torná-lo mais semelhante à receita da família. Em muitos casos, esta forma de produção persiste até hoje.

Muitos dos produtores que têm a comercialização da uva de mesa como a principal fonte de renda também têm um pequeno parreiral com uvas para vinho. A produção da bebida, para consumo próprio, é feita a partir de uma mistura entre as uvas de mesa que sobram da safra e as uvas viníferas.

Com a boa produção e rentabilidade obtida com a uva de mesa, a produção de vinho ficou, via de regra, restrita ao consumo da família e à venda eventual para o consumidor local. A elaboração é feita com uva própria, disponível na propriedade, geralmente, a uva de mesa Niagara, que confere sabor e aroma característicos. Apesar de pouco apreciado pelos consumidores habituados a tomar vinhos finos, elaborados com uvas viníferas, a bebida artesanal conquista apreciadores que formam uma clientela que dá valor a este produto.

A elaboração e venda informal do vinho artesanal sempre fez parte do cotidiano da atividade vitivinícola dos produtores familiares de Jundiá. Esta prática corriqueira nas colônias foi repassada para os filhos. Alguns deles continuam produzindo de modo tradicional, enquanto outros estão procurando mudar os procedimentos de elaboração e comercialização.

Segundo depoimento de produtor de 85 anos, ele faz questão de exercer o seu *savoir faire* e elaborar o vinho para a família porque assim sabe o que está consumindo. A uva de mesa que sobra é a matéria prima mais comum na elaboração do vinho. Ele faz manualmente a retirada dos bagos e o amassamento, sem misturar os galhos, e assim, segundo ele, produzir uma bebida de melhor qualidade.

5.2.1. Estrutura fundiária

O município de Jundiá tinha no ano agrícola de 2007/2008 um total de 284 unidades produtivas (UPs) que cultivavam 730,56 ha de uvas. De acordo com declarações dos produtores e lideranças técnicas locais, houve uma significativa redução de UPs e de área ocupada com a viticultura nos últimos anos. As razões alegadas para isso são a falta de estímulos devido à queda dos preços da uva, a falta de mão-de-obra especializada e a forte pressão da expansão urbana (VERDI, et al., 2009).

A Tabela 1 apresenta a estrutura fundiária no município no ano agrícola 2007/08.

Tabela 1. Estrato de Área da Propriedade em Jundiáí, 2007/08

Estrato de Área (ha)	Total de Ups	%	Total de área da UP (ha) (A)	%	Área de Uva (ha)(B)	%	(B/A)
0,1 a 5,0	142	50,0	410,2	13,9	189,66	25,96	46,6
5,01 a 10,0	62	21,8	454,7	15,5	152,82	20,92	33,6
10,01 a 20,0	52	18,3	733,1	24,9	192,51	26,35	26,3
20,01 a 30,0	11	3,9	266,1	9,0	57,53	7,87	21,6
30,01 a 40,0	5	1,8	173,9	5,9	26,05	3,57	15,0
40,01 a 50,0	4	1,4	188,4	6,4	55,88	7,65	29,7
Mais de 50,01	8	2,8	715,4	24,3	56,12	7,68	7,8
Total	284	100,0	2.941,8	100,0	730,56	100,00	24,9

Fonte: Dados da pesquisa.

Dado o processo histórico de ocupação com intenso fracionamento de terra, a grande maioria dos vitivincultores ocupa pequena extensão de terras. Quase a totalidade (90,1%) das UPs é composta por propriedades de 0,1 a 20 ha, ressaltando-se que a metade é formada por áreas entre 0,1 a 5 ha. Vale destacar que as 256 UPs dos estratos predominantes, de 0,1 a 20 ha, ocupam 54,3% da área total cultivada com uvas. As 8 UPs de mais de 50 ha, por sua vez, se estendem por expressivos 24,3% da área total de uva do município.

5.2.2. Características dos vinhedos

O levantamento mostra que a uva Niagara, destinada ao consumo *in natura*, é cultivada em quase todas as UPs (98,59%) pesquisadas do município, praticamente como a única variedade. A ocorrência de outros tipos são, principalmente, de variedade para vinho, como a Corbina, Isabel, Bordô, Máximo e Moscatel, como pode ser observado na Tabela 2 (VERDI, et al. 2009).

Tabela 2. Frequência de Cultivares nas UPs, Jundiaí, São Paulo, 2007/08

Cultivar	Nº de casos	Cultivar	Nº de casos
Niagara	280	Brasil	1
Corbina	39	Jacques	1
Isabel	35	Juliana	1
Bordô	21	Maria	1
Máximo	17	Merlot	1
Moscatel	7	Paulistinha	1
Cabernet	2	Rainha	1
Patrícia	2	Sanches	1
Syrah	2	Violeta	1
Barbera	1		

Fonte: Dados da Pesquisa

A pesquisa levantou dentre as 284 UPs que cultivam uvas em Jundiaí, a existência de 92 que também produzem vinho. Somam-se a elas, mais três unidades produtoras de vinho que, ao contrário dos demais vinicultores, não plantam uvas no local. Estes compram as uvas de terceiros ou as plantam em outras regiões, e junto com os demais totalizam 95 produtores de vinho no município. Deste total, 60 dizem que elaboram a bebida para o consumo da família e para presentear amigos e vizinhos, enquanto somente 35 declaram comercializar o vinho artesanal (Tabela 3).

Tabela 3. Produção de Vinho Artesanal em Jundiaí, 2007/08

	Total de Produtores de Vinho	%	Produção de Vinho (litros)	%
Comercializam	35	36,8	319.414,0	94,6
Consumo Próprio	60	63,2	18.246,0	5,4
Total	95	100,0	337.660,0	100,0

Fonte: Dados da pesquisa.

O conjunto dos produtores do município elaborou em 2007/08, 337.660 litros de vinho, sendo que 94,6% desse volume foi comercializado. Dada a falta de informações sobre o vinho artesanal em São Paulo é ainda impossível saber com exatidão a proporção que o volume de produção de Jundiaí representa no estado.

Os cultivares mais apropriados para a produção de vinho levantados pela pesquisa são bastante diversificados. São cultivados em pequenas áreas e ocupam proporção ainda insignificante, cerca de 2,7% do número total de plantas. Dentre os viticultores, 16 dos produtores tomam iniciativa de realizar testes nas próprias UPs, para procurar variedades mais produtivas e adaptadas à região.

Na Tabela 4 se observam os cultivares viníferas e de mesa que podem ser encontrados no município, assim como as respectivas proporções de renovação por cultivar obtida pelo total de plantios novos (sem produção) em relação ao número total de plantas.

Tabela 4. Total de Plantas por Cultivares em Jundiaí, 2007/08

Cultivares	Número Total de Plantas		Número Total	%
	Sem Produção	Em Produção		
Barbera	0	310	310	0
Bordô	280	23.770	24.050	1,2
Cabernet	200	0	200	100,0
Corbina	500	33.630	34.130	1,5
Isabel	450	23.980	24.430	1,9
Jacques	0	2.000	2.000	0,0
Juliana	0	50	50	0,0
Maria	0	500	500	0,0
Máximo	4.750	25.750	30.500	18,4
Moscatel	600	9.260	9.860	11,4
Merlot	100	0	100	100,0
Niagara	58.800	4.465.630	4.524.430	1,3
Patrícia	0	250	250	0,0
Paulistinha	0	500	500	0,0
Rainha	0	1.000	1.000	0,0
Sanches	0	100	100	0,0
Syrah	400	0	400	100,0
Violeta	210	0	210	100,0
Sem Informação	18.600	7.000	25.600	
Total	84.890	4.593.730	10.681.313	1,8

Fonte: Dados da pesquisa.

Vale destacar que no ano agrícola de 2007/08, apesar da ainda forte predominância da uva Niagara, a sua renovação ocorre em proporção menor do que de outras variedades, pois as plantas novas representam somente 1,3% do total. Dentre as variedades apropriadas para a elaboração de vinho, observou-se a introdução, ainda que incipiente, de uvas européias, como a Cabernet, Merlot e Syrah. O maior crescimento proporcional foi das uvas americanas

Máximo e Moscatel, que representam, respectivamente, 18,5% e 11,4% de novas plantas, ainda sem produção. Apesar da pequena escala, estes são indícios de que há um processo de experimentação e investimento em uvas para vinho, e é muito provável que isso esteja ocorrendo em plantios da uva Niagara, dada a pequena extensão proporcional de área de renovação.

5.2.3. A uva para vinho

O vinho artesanal elaborado em Jundiaí utiliza basicamente as uvas cultivadas pelo próprio produtor no município. Somente três deles têm adotado a estratégia de comprar uma parte e/ou cultivar as frutas em áreas com terras mais baratas, transportar e elaborar o vinho no local de comercialização. Uma prática que chama a atenção é a significativa parcela de uva (14,1%) proveniente do Rio Grande do Sul, como mostra a Tabela 5.

Tabela 5. Total de vinho produzido, em litros, segundo a procedência da uva, 2007/08

Procedência	Consumo Próprio	%	Comercialização	%
Própria	15.449	84,7	241.827	75,7
Terceiros (São Paulo)	2.017	11,1	32.479	10,2
Terceiros (Rio Grande do Sul)	780	4,3	45.108	14,1
Total	18.246	100,0	319.414	100,0

Fonte: Dados da pesquisa.

As variedades de uva que são empregadas para elaborar o vinho no município, de acordo com a procedência das frutas podem ser observadas na Tabela 6.

Tabela 6 - Cultivares de Uva Usadas para Elaboração de Vinho em litros, por Procedência, 2007/08

Variedades de uva	Própria	Terceiros		Total	%
		São Paulo	Rio Grande do Sul		
Barbera	400	840		1.240	0,4
Bordô	20.678	6.219	43.373	70.270	20,8
Cabernet	0	205	645	850	0,3
Corbina	55.817	11.510	0	67.327	19,9
Isabel	24.869	4.428	510	29.807	8,8
Jacques	1.500			1.500	0,4
Juliana	25			25	0,0
Lorena		50	120	170	0,1
Máximo	23.347	6.187		29.534	8,7
Merlot		60	200	260	0,1
Moscatel	14.894	1.460	690	17.044	5,0
Nacional	750			750	0,2
Niagara	114.695	3.460	350	118.505	35,1
Patrícia	161			161	0,0
Sanches	140			140	0,0
Violeta		77		77	0,0
Total	257.276	34.496	45.888	337.660	100,0

Fonte: Dados da pesquisa.

No ano agrícola 2007/08, ainda é predominante no município o uso da uva Niagara na elaboração do vinho artesanal (35,1%). As cultivares mais apropriadas para vinho são principalmente Bordô, Corbina, Máximo e Isabel. Porém, destaca-se neste quadro a expressiva participação da variedade Bordô, proveniente do Rio Grande do Sul para suprir a demanda dos vinicultores de Jundiá para a elaboração do vinho artesanal com as características apreciadas pelo consumidor tradicional.

5.2.4. A elaboração do vinho

Os dados do Censo Vitivinícola revelam que o segmento de vitivinicultores de Jundiaí, no ano agrícola de 2007/08, é formado por agricultores familiares que plantam, basicamente, a uva de mesa Niagara em pequenas extensões de terra. A uva para vinho ainda é cultivada por poucos, em parcelas ainda menores, com destaque para os cultivares Máximo e Moscatel. Os demais cultivares são experimentos que os produtores realizam na tentativa de encontrar algum que tenha boa produtividade, além de características adequadas para a vinificação.

Vale lembrar que uma característica do vinho artesanal de Jundiaí é a expressiva utilização de uvas próprias e da variedade Niagara na composição do vinho. É relevante, no entanto, dentre as frutas obtidas de terceiros, o uso da Bordô adquirida no Rio Grande do Sul. Os vinicultores declaram que este cultivar é de difícil manejo, e é pouco produtiva em São Paulo. Portanto as uvas gaúchas ainda são mais baratas, mesmo com o custo do frete. Segundo os produtores a Bordô é essencial para dar cor ao produto e é das mais apreciadas pelos consumidores do vinho artesanal.

Procurou-se levantar o grau de conhecimento dos produtores a respeito dos regulamentos que regem a comercialização do setor, mesmo em pequena escala. Os resultados da pesquisa mostram que a metade (51,4%) dos que comercializam o vinho afirmam conhecer as normas do Ministério da Agricultura.

A permissão da venda só pode ser realizada com o registro da ANVISA – Agência Nacional de Vigilância Sanitária, que é o órgão do MAPA que regulamenta e fiscaliza o estabelecimento. Segundo declarações dos vinicultores, apenas dois afirmam possuir o registro. Portanto, todos os demais não regularizado do vinho artesanal, praticando o comércio informal.

Outro indicador de garantia de padrão mínimo de qualidade é a realização de análises durante a elaboração do vinho. Cerca de 65% dos vinicultores comerciais afirmam fazê-la, o que mostra que, ainda que informais, há um esforço da parte dos produtores em melhorar o padrão de qualidade do vinho artesanal (Tabela 7).

Tabela 7. Frequência de Análise de Qualidade do Vinho Artesanal

Realiza análises	Nº de Vinicultores	%
------------------	--------------------	---

Sim	23	65,7
Não	12	34,3
Total	35	100,0

Fonte: Dados da pesquisa.

Do universo dos vinicultores pesquisados que comercializam, verifica-se que uma parcela importante produz pequena quantidade de vinho por ano. Mais da metade deles (60%) produz menos de 5.000 litros, sendo que 5 (14,3%) elaboram menos de 1.000 litros. Este grupo participa com 13,1% da produção total de vinho. Em contrapartida os demais 40% elaboram 86,6% da produção total, destacando-se dentre eles, 6 (17,1%) dos produtores que são responsáveis por mais da metade da produção total. (59,6%) (Tabela 8).

Tabela 8. Número de Produtores e Volume da Produção de Vinho, em litros, 2007/08

Faixa de Produção	Nº de Produtores	%	Produção de Vinho	%
menos de 1.000	5	14,3	2.835	0,9
1.000 a menos de 2.000	7	20,0	11.430	3,6
2.000 a menos de 5.000	9	25,7	27.611	8,6
5.000 a menos de 10.000	4	11,4	26.106	8,2
10.000 a menos de 20.000	4	11,4	60.770	19,0
20.000 a menos de 30.000	4	11,4	94.962	29,7
Mais de 30.000	2	5,8	95.700	29,9
Total	35	100,0	319.414	100,0

Fonte: Dados da pesquisa.

Estas informações mostram que o vinho artesanal no município é elaborado em diferentes escalas de produção, em distintas condições produtivas. A grande maioria dos produtores ainda está informal na viticultura. Mas muitos, sobretudo os associados à AVA, estão em processo de melhorar a qualidade do vinho e legalizar a produção e seus produtos artesanais. Por ser uma atividade complementar, marginal à produção da uva, e de cunho familiar, a produção do vinho artesanal não recebia fiscalização. Cada produtor elaborou a sua própria receita, que é comercializada tendo como referência o nome da família.

Este produto final, em geral, tem deficiências quanto aos padrões de qualidade e os parâmetros sanitários exigidos pelos órgãos que normatizam a produção e a comercialização de bebidas no país. Para atingir o padrão necessário e tornar a atividade legal, o produtor necessita de novos equipamentos, tecnologia e instalações adequadas, o que implica não só em dispor de recursos de investimentos, mas também de mudança na forma tradicional de elaborar e comercializar o seu produto.

Por ser uma atividade informal, a produção de uva para vinho é pouco significativa e não há registros de produção de vinho artesanal em São Paulo. Não houve nos últimos anos, da parte das organizações governamentais, políticas para desenvolver pesquisas adaptativas de cultivares para a região.

5.2.5. Perfil sócio-econômico dos produtores de vinho artesanal que comercializam o produto

O cultivo da uva e elaboração do vinho faz parte da história dos produtores jundiaenses que lidam com a terra na região. Dentre os produtores comerciais, 62,9% das famílias produzem há mais de 20 anos, sendo que 45,8% deles estão na atividade há mais de 40 anos (Tabela 9).

Tabela 9. Anos de Produção de Vinho Artesanal

Anos de Produção de Vinho	Nº de Vinicultores Artesanais	%
1 a 10	9	25,7
11 a 20	4	11,4
21 a 30	2	5,7
31 a 40	4	11,4
41 a 50	6	17,2
51 a 60	9	25,7
Mais de 60	1	2,9
Total	35	100,0

Fonte: Dados da pesquisa

Assim, há uma parcela representativa do universo pesquisado, que produz nos moldes tradicionais, o que se constitui um dos traços mais marcantes do produtor do município, que convive com um grupo menor de produtores (25,7%), cujo envolvimento com a vitivinicultura é mais recente, já que está há menos de 10 anos na atividade.

Outro dado que reforça uma marcante característica do grupo que elabora vinho comercial é a expressiva predominância dos mais velhos, que são proprietários e responsáveis pela atividade, como pode ser visto na Tabela 10. O levantamento de informações detectou que 77,2% deles têm mais de 50 anos, sendo que o maior contato com o segmento evidenciou que sua faixa etária ultrapassa os 70 anos.

Tabela 10. Produtores de vinho comercial, por faixa de idade

Idade	Nº Viniultores	%
menos de 20	0	0
de 21 a 30	0	0
de 41 a 50	6	17,1
Mais de 50	27	77,2
Sem esposta	2	5,7
Total	35	100

Fonte: Dados da pesquisa.

Estes produtores, na sua maioria (85,7%) residem na UP, como pode ser observado na Tabela 11. Segundo os dados da Fundação SEADE para o estado, esta é uma tendência que destoa da média do setor rural paulista, que mostra um esvaziamento populacional no campo.

Tabela 11 - Residência na unidade produtiva

	Nº de Viniultores	%
Sim	30	85,7
Não	5	14,3
Total	35	100,0

Fonte: Dados da pesquisa

Além do apego à tradicional atividade, alguns fatores que reforçam a atração dos produtores para continuar na terra de origem podem ser os fáceis acessos aos locais em que habitam assim como às infra-estruturas fomentadas pela expansão urbana no setor rural, como luz, água encanada, asfalto, transporte, etc.

Estas características explicam, em parte, as razões da perseverança na elaboração do vinho, que está com frequência associada a algum fator afetivo, como os mencionados pela maioria dos produtores. Quando indagado sobre as razões de continuar na atividade, os principais motivos alegados em respostas não necessariamente exclusivas são: a) para seguir a tradição (68,6%), e/ou por prazer e por hobby (42,9%). Cerca de 28% mencionaram a renda como fator de estímulo para a prática da vinicultura, e ainda apenas 11,4%, associaram a produção de vinho exclusivamente à renda.

No entanto, mesmo que a tradição e o prazer de produzir vinho artesanal nos moldes tradicionais seja um fato, uma questão que se coloca, considerando-se a idade média dos produtores, é quanto à continuidade da transmissão do patrimônio cultural e da elaboração de vinho para as outras gerações, tendo em vista que os produtores declararam que em somente 37,1% das famílias, os filhos trabalham com os pais.

É comum declarações de proprietários que afirmam trabalhar sozinhos ou contar simplesmente com a ajuda do trabalho da esposa, o que ocorre em 63,6% do universo pesquisado que tem apenas de 1 a 2 familiares de proprietários na lida rotineira na unidade produtiva. Nas demais UPs (36,6%) há de 3 a 5 pessoas. Em Jundiáí, no ano agrícola 2007/08, os familiares dos vinivicultores que trabalham rotineiramente na atividade totalizaram 75 pessoas.

Os produtores mais idosos, que tradicionalmente se dedicam com exclusividade ao trabalho agrícola e à tradicional elaboração do vinho artesanal, conduzem as atividades como os antepassados, sem formalização legal. Em geral, eles têm dificuldades para tratar de questões de cunho administrativo e gerencial, como a realização das mudanças necessárias para a legalizar a atividade, pois além de necessitar interferir no saber fazer familiar, ainda teriam que tratar de temas pouco afeitos a eles. Quando indagados sobre as dificuldades para a legalização a produção, eles apontam como obstáculos, principalmente, a burocracia, a falta de conhecimento e de recursos para esta finalidade.

Frente a estas ponderações, como já mencionado, um grupo de produtores de um mesmo bairro, com relações de vizinhança e conhecimento de gerações, tomou a iniciativa de criar em 2004 a Cooperativa Agrícola dos Produtores de Vinho (AVA) para procurar formas de legalização coletiva da atividade. No entanto, dentre o total de produtores comerciais, ainda apenas 37,1% declararam fazer parte do grupo. Os vinicultores, em grande parte (62,9%), são associados às organizações ligadas às atividades agrícolas mais antigas de Jundiaí, como a Associação Agrícola e os Sindicatos, como se observa na Tabela 12.

Tabela 12 - Associativismo

Resposta	Participa da Cooperativa de Vinho	%	Outra Associação	%
Sim	13	37,1	21	60
Não	22	62,9	14	40
Total	35	100	35	100

Fonte: Dados da pesquisa.

Uma justificativa possível para o pequeno interesse dos vitivinicultores em buscar uma saída coletiva para a informalidade é a existência de um mercado local, cujos consumidores tradicionalmente procuram o sabor ou as recordações do vinho de determinados produtores. Segundo a pesquisa realizada, quase a totalidade da comercialização do vinho artesanal ocorre nas propriedades. Somente dois vitivinicultores vendem pequena parte no atacado e/ou em outros municípios.

5.2.6. Fonte de renda

A tradição cultural é fator importante de explicação da longevidade da atividade vitivinícola em Jundiaí. Mas outro aspecto que deve ser considerado é o seu peso relativo na composição da renda familiar. Segundo a pesquisa realizada, além da vitivinicultura, os produtores compõem a renda de variadas formas, com diferentes graus de importância. A mais frequente, devido à idade média dos agricultores, é a aposentadoria, que ocorre em mais da metade dos casos 57,1%, seguida da diversificação das atividades agropecuárias, em 40%, e do trabalho urbano em 28,6%, de acordo com a Tabela 13, que apresenta respostas múltiplas.

Tabela 13. Composição de Renda

Fontes de Renda	Nº de Vinicultores	%
Agropecuária	14	40
Aposentadoria	20	57,1
Urbana	10	28,6
Sem Resposta	2	5,7
Vitivinicultura	35	100

Fonte: Dados da pesquisa.

Além do cultivo da uva e da elaboração do vinho, os produtores têm mais uma a duas fontes adicionais de renda, como pode ser visto na Tabela 14. Somente três produtores têm a vitivinicultura como fonte única de renda.

Tabela 14. Fontes de Renda dos Vitivicultores

Alternativas de renda	Nº de Vinicultores	%
Vitivinicultura	3	8,6
Vitivinicultura + 1 fonte	19	54,3
Vitivinicultura + 2 fontes	12	34,3
Sem resposta	1	5,7
Total	35	100,0

Fonte: Dados da pesquisa.

Apesar de a pesquisa ter sido restrita ao proprietário do imóvel rural, fica claro que os produtores de Jundiaí podem ser caracterizados como pluriativos, na medida em que buscam múltiplas formas de renda, além do cultivo da uva e da elaboração do vinho, como se observa na Tabela 15.

Tabela 15. Participação Percentual de cada Fonte de Renda

Fonte de renda percentual	1 a 24	%	25 a 49	%	50 a 74	%	75 a 100	%
Vitivinicultura	7	20,6	8	23,5	10	29,4	9	26,5
Outras Rendas Agropecuárias	6	17,7	5	14,7	1	2,9	1	2,9
Aposentadoria	7	20,6	6	17,7	4	11,8	3	8,8
Atividade Urbana	2	5,9	0	0,0	0	0,0	2	5,9
Outras não-agrícolas	2	5,9	2	5,9	2	5,9	0	0,0
Total de Produtores	34	100,0	34	100,0	34	100,0	34	100,0

Fonte: Dados da pesquisa.

Para mais da metade dos produtores pesquisados (55,9%), a vitivinicultura é a principal fonte de renda (50% ou mais) e complemento importante (25% a 49% da renda) para 23,5%. Portanto, 79,4% dos entrevistados dependem, com algum grau de importância, da atividade vitivinícola. A aposentadoria, por sua vez, aparece como fonte de renda principal ou importante para (38,2%) dos produtores. As outras atividades agropecuárias são relevantes para 20,6% do grupo. E ao contrário do que se esperava encontrar, a atividade urbana é a menos importante dentre as alternativas de fonte de renda para o universo pesquisado. Somente 5,9% dos produtores declaram depender deste recurso.

As estratégias adotadas ao longo da história das famílias para garantir sua reprodução social foram conformando as condições produtivas hoje observadas, que propiciaram alcançar o atual potencial de desenvolvimento na atividade vinícola.

5.2.7. Nível tecnológico

O atual estágio tecnológico da produção vinícola também foi considerado para a análise comparativa dos vinicultores. Os padrões tecnológicos foram determinados por especialistas participantes do Projeto FAPESP, que os definiram como baixo, médio, bom e ótimo. Para isso foram consideradas as características e adequação das instalações da adega/vinícola, dos equipamentos utilizados, dos insumos e de algumas técnicas enológicas aplicadas ao processo produtivo e atribuídos pontos às questões referentes ao perfil produtivo,

com graduações crescentes para formas de manejo que mais contribuíssem para alcançar os parâmetros técnicos exigidos pela legislação brasileira (HERNANDES, 2009).

Como resultado tem-se que a maior parte (60%) situa-se no padrão médio e produz pouco mais da metade do vinho artesanal do município (51,6%). E nos dois extremos encontram-se a parcela dos produtores de fraco nível tecnológico (22,9%) que produz somente 7,8% do total do vinho e, o menor grupo, dos produtores de bom nível tecnológico (17,1%) que, também se destaca por produzir parte significativa (40,6%) do total do vinho. Nenhum produtor alcança o padrão desejável, considerado ótimo, segundo classificação do projeto (Tabela 16).

Tabela 16. Produção de Vinho por Faixa Técnica

Faixa Técnica	No. de vinicultores	%	Total de Vinho (l)	%
Fraco	8	22,9	24783	7,8
Médio	21	60,0	164868	51,6
Bom	6	17,1	129763	40,6
Ótimo	-	-	-	-
Total	35	100,0	319414	100,0

Fonte: Dados de pesquisa

Por fim, os dados quantitativos mostram que a vitivinicultura é a principal fonte de renda da maioria dos produtores comerciais de vinho artesanal, que se caracterizam pelo trabalho contínuo, sobretudo do responsável e sua esposa. Esta prática da agricultura familiar, inserida numa região metropolitana, tem também como peculiaridade a composição da renda familiar com atividades complementares. No caso de Jundiaí, além da produção de uva e do vinho, os produtores contam principalmente com recursos da aposentadoria, de trabalhos não-agrícolas, de outras atividades agrícolas e de trabalho urbano. As estratégias adotadas por estes produtores privilegiam as ações dentro das respectivas unidades produtivas.

A partir deste diagnóstico da estrutura socio-econômica e produtiva da vitivinicultura de Jundiaí, obtido a partir da realização do Censo Vitivinícola, verificou-se que a forte identificação cultural com a produção da uva e a elaboração do vinho, aliada a variadas formas de composição de renda da família, são as estratégias de reprodução social utilizadas pelos

atuais responsáveis das UPs pesquisadas, o que possibilita sua persistência da atividade no município.

5.3. O caso dos vinicultores

Um estudo preparado por familiares de produtores retrata as histórias dos antepassados e formação na atividade em Jundiaí. O relato da história da produção de uva e vinho das famílias mostra que elas possuem um passado comum: todos têm origem européia e os seus antepassados vieram para o Brasil para trabalhar nas plantações de café.

Os antepassados vieram da Itália, principalmente do final do século XIX. Os Marquesin, por exemplo, vieram de Treviso em 1885, assim como os Vendramim, que chegaram a São Paulo em 1887. Os Galvão são provenientes de Nápoli e chegaram em 1881, os Boschini, da região de Mantova em 1892, enquanto os Maziero em 1888 e os Fontebasso em 1887, chegaram de Veneza (Entrevista com Familiares, 2008).

Todos vieram trabalhar no estado de São Paulo como colonos na cultura do café. Jundiaí não foi a primeira parada destes imigrantes que antes foram para Campinas, Itatiba, Araras e Bragança Paulista, entre outras localidades. Os relatos indicam que foi só com muito trabalho e com as economias realizadas que as famílias conseguiram se estabelecer como proprietários. Em Jundiaí, “a vida não era aquele maço de flores que se imaginava que seria aqui na América. Assim, muitos dos imigrantes retornaram à Itália, desencantados. Porém, muitos aqui ficaram, com muita força de vontade ficaram, lutaram e venceram” (Trabalho de Familiares, 2008).

Os atuais proprietários se fixaram em Jundiaí à procura de abrigo com contrerrâneos que já estavam ali instalados ou porque procuravam se dedicar a uma cultura que trazia lembranças da terra natal. A cidade já era conhecida como área promissora de viticultura: “em 1927, quando a família comprou as terras, o município já tinha fama como área produtora de uva” (Entrevista com familiar 11, 2009).

Com as economias, muitas famílias compraram individualmente, ou se cotizaram para adquirir as terras e iniciaram a exploração da atividade agrícola, dando início à constituição dos bairros rurais que ajudam a imprimir uma característica especial a Jundiaí. Ainda hoje, estas marcas se fazem presentes no município, que ostenta os sobrenomes de vários dos familiares

entrevistados em suas ruas e avenidas.. Com o passar do tempo, ocorre a divisão das terras de cada família que tinha se cotizado, além de várias sub-divisões, por herança.

Dentre os proprietários, ainda é comum o comentário, de que vivem na mesma terra, e na mesma casa em que nasceram, como é o caso de um entrevistado de 81 anos. Também relatam que ao reformar as construções, fizeram questão de preservar algum cômodo ou paredes que os antepassados ergueram (Entrevistas com familiares 21, 11 e 4, 2009).

Plantavam uvas e hortaliças, criavam pequenos animais ou ainda cultivavam “café, milho e outras culturas, para o sustento familiar. Meu pai dizia que em 1918 foram surpreendidos por uma forte geada que acabou com a plantação de café, e as famílias que tinham mais possibilidades, como os Cereser, Fava e Devechi, voltaram para a Itália para buscar mudas de uvas...” (Trabalho de Familiares, 2008).

A elaboração e consumo do vinho faz parte da história das famílias, como conta a trajetória de um de seus membros:

“como o vinho faz parte da vida dos italianos, logo se começou a cultivar uva, desta maneira produzindo seu próprio vinho (...)Com o crescimento dos filhos e todos trabalhando muito, pois assim era o esquema da família, começaram a plantar uvas de vinho e fabricar seu próprio vinho, pois tinham saudades do vinho da Itália (...) com apenas 20 anos de idade, plantou os primeiros pés de uva no sítio onde reside atualmente, começando a produzir uma pequena quantidade de vinho apenas para consumo da família (...) Com o tempo foi aperfeiçoando e aumentou a produção, sempre com o auxílio dos familiares e até hoje mantém a tradição passada de geração a geração” (Trabalho de Familiares, 2008: s.p .

Esta produção vem passando por mudanças. Em outro relato, os filhos de um produtor deram “continuidade em seu trabalho, e até a presente data o fazem, com a retomada do plantio de uvas de vinho e a elaboração do vinho artesanal, hoje com qualidade e acompanhamento profissional de uma consultoria química para melhorar a qualidade e o padrão do vinho” (Trabalho de Familiares, 2008).

Muitos compraram glebas de terra em conjunto com mais quatro ou cinco pessoas e após a ocupação, realizavam a divisão pelas famílias, que se encontram atualmente na terceira ou quarta geração de proprietários das terras. A cada geração, as terras são fracionadas por herança. Se elas já não eram extensas na época da aquisição, hoje são bem modestas (Entrevistas com familiares, 2009).

Em um dos casos exemplares a família do atual proprietário, nasceu em 1928 na terra que o avô comprou em 1918, onde mora até hoje. A família, portanto mora no local há mais de 90 anos. Os avôs tiveram dez filhos, sendo um deles o sr. Frederico, que teve cinco filhos e é pai do atual proprietário, que por sua vez, teve sete filhos (Entrevista com Familiar 21, 2008).

Atualmente, a prática mais comum é que os filhos trabalhem fora da agricultura, apesar da família ajudar em épocas de maior necessidade, devido à idade avançada dos pais. Procuraram alternativas de trabalho externa ao setor porque dado o fracionamento das áreas, “a terra é pouca e a renda da produção da agricultura não dava pra manter mais de uma família”. Hoje o casal “vive das aposentadorias e com o vinho faz pra comer” (Entrevista com Familiar 21, 2009).

Tal depoimento é semelhante ao do filho de antigos parceiros, que conseguiram comprar o imóvel rural e construir a casa em 1989. A propriedade é onde os seus pais moram, cultivam a uva e onde fica a adega e se elabora o vinho. Os filhos têm emprego no setor de serviços e tocam a atividade, após o trabalho, para os pais, que “recebem aposentadoria que dá para as despesas, supermercado e o vinho é um complemento de renda”. Tal complemento possibilita investir, eventualmente, na melhoria da qualidade do vinho (Entrevista com Familiar 22, 2009).

É geral o relato de que a produção de uva de mesa foi lucrativa e possibilitou dar estudo aos filhos, comprar equipamentos e fazer investimentos. No entanto, para eles, a partir de meados da década de 1980, os preços alcançados começaram a decair: “os preços da uva são os mesmos há 15 anos”. E ao mesmo tempo o valor dos insumos sofreram reajustes, o que vem ocasionando a elevação do custo de produção da uva e diminuindo a remuneração recebida pelos produtores (Entrevista com Familiar 17, 2009).

Para fazer frente a esta dificuldade, os agricultores procuraram diversificar seus cultivos com culturas alternativas como o caqui, ou ainda aumentar a produção de vinho, entre outras opções. A queda da renda agrícola aliada à proximidade do mercado de trabalho

metropolitano estimula os filhos, que geralmente têm maior qualificação, a buscar trabalho em outros setores da economia.

Esta informação foi melhor apreendida na terceira fase da pesquisa, quando se detectou o trabalho dos filhos. Na segunda fase, foi perguntado aos responsáveis pelas unidades produtivas sobre o trabalho familiar, tomando-se como base os que residiam com ele, o que levou a uma subestimação deste dado e não traduziu a realidade dos produtores de vinho. Na entrevista qualitativa fica claro que há participação ativa dos filhos que não residem com o pai, nos momentos de maior necessidade, principalmente à noite e nos finais de semana, notadamente quando a uva tem que ser preparada para a elaboração do vinho. Em alguns casos, tiram férias do trabalho, quando necessário. Esta prática usual, é bastante facilitada porque a grande maioria dos filhos reside na propriedade (Entrevistas com Familiares, 2009).

A pequena parcela de participação de trabalho urbano na fonte de renda decorre do fato de os pais tocarem as atividades vitiviníferas com seus próprios recursos e os filhos casados terem outra atividade, em outro setor da economia e realizarem a administração familiar de forma independente. A contribuição com trabalho e conhecimento é percebido por eles como uma ajuda complementar.

A estratégia de obter outras fontes para compor a renda familiar resultou, no entanto, na falta de mão-de-obra na unidade produtiva, principalmente no cultivo da uva. Por este motivo, grande parcela dos produtores optou por erradicar parte da plantação de uva de mesa, adequando o tamanho da plantação à disponibilidade de mão-de-obra, o que explica a forte queda no número de plantas em Jundiaí.

A elaboração do vinho é uma prática bastante antiga em Jundiaí e a grande maioria aprendeu com os antepassados e detém conhecimento da receita familiar. Alguns justificam a prática de não se ajustar às exigências legais porque preferem elaborar a bebida pura, sem química: “faço vinho do mesmo jeito que os meus bisavôs, uso receita da família. Não tem nada de química, é só uva e açúcar” (Entrevista com Familiar 27, 2009). Para preservar o saber fazer da família, outro produtor prefere não se associar à cooperativa de vinicultores porque prefere amassar a uva com os pés, continuar fazendo o vinho como sempre fez, puro e com o rótulo ostentando o sobrenome da família (Entrevista com Familiar 7, 2009).

Uma característica da produção do vinho artesanal no município é a venda na própria unidade produtiva, direto ao consumidor. Observou-se durante as entrevistas que o que varia

muito são as condições de elaboração e manejo. Há desde casos em que o engarrafamento é realizado em locais inadequados no momento da compra, em vasilhames lavados na hora, com o vinho retirado através de sucção em mangueiras e com mistura de tipos (seco com o doce), se o consumidor assim o desejar, até adegas muito bem estruturadas que oferecem produtos elaborados seguindo os parâmetros legais, com indicações no rótulo e que oferecem conforto e degustação e paisagem aprazível para o consumidor que procura o local.

A comercialização é um dos gargalos para os produtores. Uma das metas mais desejadas por eles é a maior divulgação e a obtenção de um ponto de venda na unidade produtiva, quando estão localizados em áreas visíveis, próximas às estradas. Também desejam alguma ação governamental que destine um espaço para comercializar os vinhos artesanais do município.

Segundos relatos dos vinicultores há 20 anos produziam mais vinho. Hoje diminuíram a produção devido à concorrência local, com o surgimento de novos vinicultores, além da queda do consumo, sobretudo nos locais de venda próximos às estradas, após a recente decretação da Lei Seca, em 2008.

O que se apreende das informações coletadas são as semelhanças nos relatos das histórias de fixação das famílias em Jundiaí com o cultivo da uva, que foram propiciadas pela conjunção de fatores favoráveis. Entre eles estão a pesquisa, assistência técnica, condições para produção de um produto diferenciado, preços compensadores, disponibilidade de mão-de-obra familiar. Tais fatores permitiram o desenvolvimento da vitivinicultura e a reprodução social destes agricultores, até a crise devido à ocorrência de maior variedade de frutas, de uvas de outras regiões, com as quais se coincide o pico da colheita, entre outros, o que redundou na baixa dos preços e na necessidade da família procurar fontes alternativas de renda.

Aumentar a produção de vinho foi a opção mais viável, dado que além de uma atividade conhecida e apreciada, ela permite aproveitar parte da uva que não atinge a qualidade exigida para a comercialização *in natura*. Além disso, trata-se de um produto não perecível, que permite um fluxo de recursos ao longo do ano, o que complementa a concentração de renda no verão, gerada pela venda da uva de mesa.

Por estarem localizados em região próxima a grandes cidades, os produtores conseguem conciliar a vida de trabalho e moradia no setor rural, além de usufruir dos benefícios da infra-estrutura urbana, que facilita a comercialização dos seus produtos e

proporcionar escolaridade mais avançada para os filhos. Com as áreas reduzidas, e a queda gradativa do rendimento da uva, os membros da família com maior escolaridade procuram trabalho em outros setores da economia, o que é facilitado pela unificação do mercado de trabalho regional.

5.3.1. Tipologia dos produtores

Estas informações permitiram o agrupamento dos produtores, conforme o histórico da estratégia de reprodução social adotada, que resulta na atual situação produtiva e permite esboçar a tendência à maior resistência e potencial de desenvolvimento na atividade. Os produtores se adequaram à nova conjuntura e a viticultura hoje é conduzida em diferentes condições, com perspectivas distintas. A fim de melhor entender a realidade destes viticultores, procurou-se reuni-los por grupos homogêneos, que apresentassem diferenças em relação aos demais, conforme a tipologia que é apresentada a seguir.

1 Produtor tradicional com perspectivas pessimistas

Este grupo é composto por produtores tradicionais na elaboração do vinho. São cinco viticultores, que têm entre 70 e 80 anos. As adegas deste grupo foram montadas entre 1948 e 2003. Todos têm forte ligação e dependência com a atividade agrícola, principalmente viticultura. O vinho é elaborado da forma mais tradicional e as condições de produção são muitas vezes rudimentares.

O grupo 1 se caracteriza pela combinação entre idade mais avançada e a falta de mão-de-obra para tocar as atividades. Estes produtores não têm a participação atuante dos filhos, mesmo os que residem na propriedade, pois estão inseridos em outras profissões, seja no setor de serviços ou na indústria. A falta de mão-de-obra é uma restrição impeditiva para melhorar ou aumentar as atividades. Geralmente trabalham somente com a esposa.

Apenas dois dos produtores são associados à AVA, mas com a queda na rentabilidade acham pouco provável que consigam realizar as adequações necessárias para a regularizar sua atividade. Os demais, inclusive os dois mais jovens, acreditam que por produzirem pouco, não vale a pena investir e nem procurar a regularização. Os mais idosos alegam estar cansados e têm dificuldades para tocar os trabalhos e persistem para dar continuidade à tradição e ao

consumo familiar. Dois dos produtores não quiseram ter o vinho submetido à avaliação de análise química.

Ao se indagar sobre o porquê da queda nas vendas, um deles relatou, em tom de brincadeira, que o seu público consumidor mais antigo e fiel já está velho e ou estão com doenças que não permitem mais consumir vinho ou já faleceram, enquanto os jovens, por sua vez, não tomam vinho e preferem outras bebidas mais baratas.

Este grupo, portanto, não está realizando adequações na estrutura ou no manejo e não se interessam, nas atuais condições, em formalizar a atividade. A maior parte deste grupo está classificado no nível tecnológico fraco. Suas perspectivas sobre o futuro da viticultura são pessimistas.

Segundo o relato destes produtores, as aposentadorias do casal são as mais consistentes e importantes rendas, e a vitivinicultura ajuda a complementá-la. Assim, apesar das condições distintas do primeiro grupo, estes também podem ser classificados como produtores pluriativos pára-agrícolas, pois ainda que de forma rudimentar, transformam e comercializam os produtos.

Neste grupo de tradicionais pessimistas estão os dois mais jovens, com características diversas. São produtores com diversidade agrícola e também plantam uva de mesa, e tem a viticultura como atividade marginal. Não pretendem investir porque não dispõem de mão-de-obra e recursos e se houver fiscalização, preferem acabar com a atividade e se dedicar às outras, que são mais compensadoras.

2. Produtor tradicional com perspectivas otimistas

Este grupo é formado por vinicultores que herdaram o conhecimento e a adega dos antepassados (8) e pelos que iniciaram entre a década de 1970 e 2000 (5). A adega mais antiga remonta de 1935 e a mais recente é de 2004. Todos têm em comum a forte ligação da família com a atividade agrícola e com a produção de uva, cuja destinação é a comercialização para consumo de mesa e/ou para fazer o vinho da família.

A maior parte dos proprietários das unidades produtivas têm mais de 65 anos e são atuantes nas atividades. Eles têm forte presença na gestão da elaboração do vinho que procuram fazer, baseados no conhecimento familiar, e utilizam, principalmente, uvas próprias e o trabalho familiar.

Quando mais jovens, uma parcela trabalha com os pais na lida agrícola, mas têm a viticultura como atividade própria. Gerenciam a atividade de forma independente e procuram seguir a orientação dos requisitos legais.

O que distingue este grupo dos demais é a importante presença dos filhos atuando junto aos pais mais idosos. Isto ocorre mesmo quando os filhos têm emprego fora do setor agrícola. Acontecem também os casos, em menor proporção, dos que abriram adega de forma independente dos pais. Também vivenciaram a elaboração do vinho com os mais velhos e usam a uva que os pais ainda cultivam.

Estes filhos procuram não só fazer cursos sobre enologia, como também se atualizar sobre a legislação que rege o setor. Baseados nos novos conhecimentos procuram realizar as mudanças necessárias nas antigas estruturas e realizar adaptações aos antigos costumes e manejos. Também estão empenhados em melhorar a qualidade do vinho, submetendo-o à análise e acompanhamento de especialistas. Esta é uma ação negociada com os pais, que nem sempre concordam com as alterações requeridas. Com o trabalho da família conseguem tocar a vitivinicultura e os filhos têm interesse em investir na atividade. A maioria deles foi classificada comparativamente no nível técnico médio.

Este é o grupo que está ajustando as antigas adegas aos requisitos legais e ao mesmo tempo, está procurando preservar a memória do espaço em que os antepassados deram início às atividades. É interessante notar que quando indagados sobre porque ainda continuam na atividade vinícola, todos os proprietários que têm adega desde o século passado (9) alegam ser por tradição e/ou prazer, enquanto que os vinicultores mais recentes (4) têm a obtenção de renda como fator principal. Mais da metade dos produtores (8) são associados à cooperativa dos vinicultores para regularizar o comércio do vinho.

A composição de renda da família é basicamente originária da unidade produtiva, da uva de mesa comercializada para intermediários, do comércio do vinho na propriedade, ou também de outros produtos, como sucos, embutidos, geléias, outras frutas, etc. Dada a idade avançada de grande parte do grupo, a aposentadoria também ajuda a compor a renda da família central.

Este pode ser considerado um grupo basicamente pluriativo para-agrícola ou agroindústrias rurais familiares, pois dependem da atividade agrícola e da transformação dos produtos, com venda no local, ainda que alguns obtenham renda com aluguel de espaço para

torres de telefone móvel, serviços como frete esporádico e recebam auxílio eventual dos filhos.

Ainda que relatem as dificuldades de continuar na atividade, este grupo foi caracterizado como tradicional de perspectivas otimistas por perceberem a atividade como promissora. Desenvolverem uma série de mudanças na antiga estrutura e manejo do vinho para montar a infra-estrutura necessária para aumentar a produção e participar das divulgações e atrair turistas para a sua propriedade.

3. Vinicultores não tradicionais

Este grupo de nove vinicultores se distingue dos demais por não ter a atividade agrícola como fonte de renda importante e por constituir um grupo mais heterogêneo. Em comum, eles têm a origem de cultura e tradição italiana, e a viticultura administrada como um negócio promissor. A maioria deles (7) tem atividade principal no setor urbano, ou mantém comércio no bairro, como restaurante ou adega.

Estes produtores estão há menos tempo na atividade, e atuam somente em alguns períodos, principalmente nos finais de semana. Em geral, fizeram cursos de elaboração de vinho e já começaram a produção seguindo as práticas recomendadas para alcançar o padrão exigido pelo MAPA. Alguns encaram a atividade como hobby e comercializam para pagar os custos, enquanto outros consideram a viticultura como um negócio a se investir. No entanto, todos afirmam que, se houver maior demanda de vinho, eles têm condições e desejam melhorar e aumentar a produção. Este grupo apresenta produtores de nível tecnológico médio, mas se destaca por ser composto pela quase totalidade de vinicultores de bom nível tecnológico do universo pesquisado.

Neste grupo observa-se a pluriatividade para-agrícola e inter-setorial, pois transitam entre a agricultura e os outros setores da economia. Apesar de também terem tido contato com a elaboração tradicional do vinho, eles iniciaram a atividade seguindo os parâmetros técnicos e legais exigidos. São profissionais de maior escolaridade. Apesar da divisão de trabalho, em momentos de pico de atividade como a colheita da uva e a elaboração do vinho, em geral, todos os familiares participam das empreitadas.

Após a caracterização dos três tipos de vinicultores artesanais que foram encontrados no município de Jundiaí, que considera entre outros fatores as suas estratégias e perspectivas de reprodução familiar, seguem-se as conclusões desse estudo.

6. CONCLUSÕES

A expansão urbana não é percebida pelos produtores como uma ameaça, apesar da preocupação com os possíveis problemas advindos da convivência com os novos moradores. Ela é vista mais como uma oportunidade para melhorar os negócios ou mesmo, quando a pressão imobiliária é muito grande, para lucrar com a venda das terras valorizadas e investir em locais de terra mais barata, o que aconteceu em um caso. Dentre os vinicultores pesquisados, quase a totalidade afirma resistir na atividade e residir na unidade produtiva para usufruir de maior qualidade de vida com toda a família, com a vantagem de ter toda a infraestrutura urbana, segundo eles, “na porta”.

Esta realidade permite a prática dos mais jovens buscarem algumas alternativas de renda em outros setores da economia, que é viabilizada pela mobilidade e facilidade de comunicação. A permanência na terra e o estabelecimento de moradia da família nas propriedades, propiciam maior interação do campo-cidade e a construção, conforme afirma Wanderley (2001), de um “continuum entre os pólos rural e urbano distintos entre si e em intenso processo de mudança em suas relações”.

Para uma parte significativa dos vinicultores, a produção de vinho artesanal tem um significado especial, uma vez que representa um patrimônio social e cultural das famílias. Esta característica pode ser fator de fortalecimento do agricultor no município. Ela preservou o saber fazer e a produção, e têm potencial para estimular e desenvolver a atividade, ao atribuir uma marca própria para o produto da família e da região, e a busca de muitos, pelo aperfeiçoamento constante da qualidade do vinho e da infra-estrutura produtiva ainda em construção.

Apesar das dificuldades, os produtores tradicionais otimistas e não tradicionais, são os que têm maior potencial de continuar na atividade vitivinícola, que conseguem aproveitar as vantagens de estar próximo às regiões metropolitanas e obtêm outra fonte de renda em outros setores da economia, reorganizando o trabalho agrícola em função dessas mudanças.

Mesmo com a origem cultural e social comum, as variadas estratégias de reprodução social adotadas pelos produtores para enfrentar as crises internas, como as produtivas (baixa produtividade e rentabilidade) e externas, como as institucionais (regulamentação da atividade) tornam o universo de vinicultores artesanais cada vez mais heterogêneo, o que dificulta o planejamento de ações de desenvolvimento para o segmento.

Para possibilitar melhor avaliação procurou-se, a partir do conjunto daquelas informações, separar os produtores em grupos com características mais homogêneas, para detectar quais teriam maior potencial de evolução na atividade.

Talvez se possa inferir que o grau tecnológico e a principal fonte de renda na atividade vitivinícola indiquem o grau de tendência à maior profissionalização de parte dos produtores. Assim, num projeto de desenvolvimento da vitivinicultura, os grupos com maior potencial de evoluir são os que já atingiram o nível tecnológico médio e bom. Isso indica que pouco mais da metade do universo pesquisado, ou seja, 18 produtores, têm condições de atingir o nível ótimo que irá facilitar o processo de formalização. Os demais, por terem outras fontes importantes de renda e/ou adotar patamar tecnológico fraco, exigirão outras ações como um maior trabalho de sensibilização e de apoio de políticas públicas e setoriais.

Pode-se observar que as diferentes estratégias adotadas pelos vitivinicultores levaram à constituição nos dias atuais de três grupos distintos, dentre os que comercializam o vinho. O fator mais importante de diferenciação foi o grau e a forma de participação dos filhos nas atividades familiares.

O que predomina no universo pesquisado é a combinação da agricultura (cultivo de uva) e o processamento da matéria-prima (vinho), ou seja, a pluriatividade pára-agrícola, segundo a conceituação de Schneider (2007), que ocorre, na forma pura, entre os produtores chamados de pessimistas e não tem familiares ligados à atividade.

Também se observa a pluriatividade inter-setorial, com a articulação da agricultura com os demais setores da economia, principalmente a indústria e o comércio, o que é comum nas áreas de expansão urbana no entorno das RMs.

A inserção dos componentes mais jovens da família no mercado de trabalho regional ocorre em várias situações diferentes. Há familiares cuja ligação com a atividade vitivinícola passa a ser distante e esporádica (tradicionais pessimistas) assim como há os que, apesar de auxiliarem somente nos períodos possíveis, continuam ligados à atividade (tradicionais otimistas). Observa-se ainda os que assumem a construção e gerenciamento da atividade vinícola (não tradicionais).

Nestes dois últimos casos, os relatos de preocupação em minorar o peso do trabalho dos pais e persistir com a tradição familiar são fortes componentes, mas também pesa a perspectiva de trabalhar em um negócio promissor, com futuro no município, ainda que

tenham muito que realizar. Alguns têm a meta de deixar a atividade externa ou ao aposentar, trabalhar com vinho associado ao turismo rural.

A participação dos membros mais jovens da família, portanto, difere em parte com a conceituação básica de pluriatividade inter-setorial, de contribuição monetária dos que estão fora para compor a renda familiar, o que ocorre entre os não tradicionais. No grupo dos tradicionais otimistas, o apoio maior ocorre com trabalho e gerenciamento da atividade, muitas vezes na retaguarda dos mais idosos.

O vinho artesanal é associado ao município, graças aos antigos agricultores familiares que deram continuidade à prática dos ancestrais e tornou-se uma fonte de renda complementar, importante na composição de renda da família. Apesar da redução nas vendas, tanto os que elaboram de forma tradicional, quanto os que estão em processo de adequação, atendem ao mercado regional que conhece e consome estes vinhos familiares.

Ao se considerar o suporte que as organizações ligadas ao setor podem oferecer aos diferentes tipos de produtores, constatou-se que eles contam com limitadas possibilidades. Da parte dos órgãos governamentais, a Prefeitura implementa somente ações pontuais e esporádicas.

Quanto ao estado, a SAA, a CA executa trabalhos burocráticos. A pesquisa ainda está retomando os trabalhos na área e hoje pouco tem a oferecer para o segmento. É inegável, no entanto, que está havendo um esforço das lideranças da SAA em viabilizar suporte para os vitivicultores, como a política de disponibilizar crédito aos agricultores familiares, por meio do FEAP. No entanto, algumas das iniciativas esbarram, no caso dos vinicultores artesanais de Jundiaí, na informalidade.

Com a maior pressão para formalizar, os tradicionais pessimistas terão maiores dificuldades para continuar na viticultura comercial e tenderão a diminuir a produção, elaborando a bebida apenas para o consumo da família, e vendendo eventualmente para os conhecidos, como é muito comum em Jundiaí, principalmente, dentre os que declaram fazê-lo só para consumo próprio.

Este grupo, que não se interessa em formalizar a atividade e os filhos estão distantes é pouco provável que alguma ação de política de desenvolvimento possa beneficiá-los. Ao contrário, a invisibilidade é desejada para não atrair a fiscalização sanitária.

Os tradicionais otimistas são o grupo mais mobilizado e com maior parcela de participantes na AVA. Reivindicam ações no sentido de buscar meios para formalizar a atividade. Para isto necessitam de apoio, principalmente para agilizar o processo de envase do vinho de forma coletiva e melhorar a infra-estrutura das vinícolas, o que tem sido realizada com dificuldades.

Entre os vinicultores não-tradicionais, mais avançados na adequação da infra-estrutura e manejo, muitos já se encontram preparados para legalizar sua atividade, tendo melhores condições de se desenvolver e aumentar a produção. No entanto, grande parte deles ainda é informal, e se associam à AVA para diminuir os custos da formalização de modo coletivo.

As necessidades, portanto, ainda são de natureza estrutural. Os vinicultores precisam solucionar-las para ter alguma perspectiva na atividade. É também comum a todos os grupos, a demanda por maior atenção por parte da Prefeitura, para melhorar a infra-estrutura viária, a sinalização indicando as vinícolas, além de realizar maior divulgação da atividade, etc.

Demandam ainda tanto do governo do município quanto do estado, ações de desenvolvimento do turismo rural regional, voltado para o enoturismo e gastronomia. Da parte das organizações do governo federal, os vinicultores artesanais dialogam por maior flexibilidade das normas que regem a formalização da atividade e o comércio de bebida.

A articulação iniciada pelo SP-Vinho com os demais segmentos da cadeia junto ao governo estadual teve como um dos resultados importantes, além da criação da CSUV, o estímulo à mobilização em associações e cooperativas dos vitivinicultores artesanais de municípios próximos a Jundiaí. Isto é de fundamental importância para o segmento se apresentar coeso e fortalecido nas negociações junto à CSUV e aos governos, na defesa dos seus interesses. Vale destacar dentre as organizações citadas, a importância da AVA que até o momento tem sido a única a atender as demandas dos vinicultores e vem atuando junto aos associados, na busca da adequação contínua das condições produtivas para alcançar a formalização da atividade.

A mobilização iniciada pelo setor vitivinícola em São Paulo, assim como as facilidades de localização, pela proximidade aos mercados consumidores, precisam ser consideradas, pois com o fortalecimento da articulação junto às instituições governamentais, em diversas esferas, os vitivinicultores artesanais paulistas terão oportunidade e potencial de evolução, se conseguirem se organizar e se posicionar nesta empreitada.

A capacidade de readaptação do agricultor familiar que amplia o uso do espaço de produção agrícola em local onde se elabora e comercializa produtos não-agrícolas, e em espaço de moradia para a família – envolvida em outros setores da economia - reforça a coesão e a característica pluriativa das famílias. Desenvolver o potencial da produção de vinho neste espaço periurbano pode fortalecer a pluriatividade, que é uma das principais alternativas de estratégia de reprodução social utilizada pelos vitivinicultores artesanais de Jundiaí.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABRAMOVAY, R. **Dilemas da União Européia na Reforma da Política Agrícola Comum**. São Paulo, 1999, 131p. Tese de livre docência -Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade, Universidade de São Paulo.

_____. Desenvolvimento e instituições: a importância da explicação histórica. In. ARBIX, G, ZILBVICIUS, M; ABRAMOVAY, R (Orgs.). **Razões e ficções do desenvolvimento**. São Paulo: UNESP/EDUSP, 2001. 376 p. Disponível em : <http://www.econ.fea.usp.br/abramovay/artigos_cientificos/2001/Desenvolvimento.pdf>. Acesso em 12 fev. 2008.

ADMINISTRAÇÃO de Jundiaí 1934-1992: 58 anos. **Revista da Uva**, Jundiaí, jan. 1992.

ANJOS, Flavio Sacco dos. Pluriatividade e ruralidade: enigmas e falsos dilemas. **Estudos Sociedade e Agricultura**. Rio de Janeiro, n.17, p.54-80, out. 2001.

ARRAES, N. A. M. ; VIEGAS, H. A. **Dispersão urbana sobre áreas rurais no município de Campinas**, 2008, 16 p. (No prelo).

BRANDUINI, P.; FLEURY, A. **L'émergence d'un réseau d'agriculture urbaine Europe**. 2005. Disponível em: <<http://www.inra.fr/sed/multifonction/textes/CAHIERMF8.pdf>>. Acesso em: 12 ago. 2006.

BRASIL. Ministério do Trabalho e Emprego. **Relação Anual de Informações Sociais – RAIS 2008**. 2008. Disponível em: <<http://www.mte.gov.br/rais/default.asp>>. Acesso em: 2008.

_____. Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. Lei n.º 10.970, de 12 de novembro de 2004. Disponível em: <<http://extranet.agricultura.gov.br/sislegisconsulta/consultarLegislacao.do?operacao=visualizar&id=10011>>. Acesso em: 2008.

BRYANT, C. R. La place des espaces ruraux périurbains et de l'environnement: l'émergence d'un réseau d'agriculture urbaine. In: dans le développement regional. In: SYMPOSIUM INTERNACIONAL "Territoire et enjeux du développement regional", Lion, 2005. **Anais**

eletrônico... Lion: INRA Rhône Alpes, 2005. Disponível em: <<http://www.inra.fr/rhone-alpes/symposium/pdf/introTH2.pdf>>. Acesso em: 20 out. 2006.

CABALL, J. **AVIS du Comité économique et social européen sur ‘l’agriculture périurbaine’**. 2004. Disponível em: <<http://www.fedenatur.org/docs/docs/148.pdf>>. Acesso em: 22 out. 2006.

CARNEIRO, M. J. Pluriatividade no campo: o caso francês. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, v. 11, n. 32, out, 96, p. 89-105. Disponível em: <http://www.anpocs.org.br/portal/publicacoes/rbcs_00_32/rbcs32_06.htm>. Acesso em 09 maio 2008.

_____. Pluriatividade da agricultura no Brasil: uma reflexão crítica. In: SEMINÁRIO AGRICULTURA FAMILIAR E DESENVOLVIMENTO RURAL, 1., Rio de Janeiro, 2005. **Anais...** Rio de Janeiro: CPDA/UFRRJ, 2005. p. 1-25. <www.cifers.15.com.br>. Acesso em: 11 nov. 2005.

CARUSO, G. et al. **Peri-urbanisation: the situation in Europe; a bibliographical note and survey of studies; in the Netherlands, Belgium, Great Britain, Germany, Italy and the Nordic countries**. França: [S.n.], 2001. Disponível em: <<http://www.geo.ucl.ac.be/IMAGES/CarusoPeriUrbanEuropeDATAR.pdf>>. Acesso em: 13 ago. 2006.

D’ÁVILA, J. Enfoques de intervención en la interfase periurbana. **Caderno del Cendes**, 2003. Disponível em: <http://www.scielo.org.ve/scielo.php?pid=S1012-25082003000200003&script=sci_arttext&tlng=es>. Acesso em: 8 set. 2006.

DONADIEU, P. **La politique agricole commune et les paysages agricoles périurbains**. Versailles: École Nationale Supérieure du Paysage de Versailles, 2004. 11 p.

FLEURY, A. **L’agriculture dans la planification de L’ Île de France**. 2006. Disponível em: <<http://www.inra.fr/sed/multifonction/textes/CAHIERMF8.pdf>>. Acesso em: 12 ago. 2006.

FLINGSTEIN, N. **Social skills and the Theory of Fields**. Berkeley:U.C. Berkeley, 2001. 44 p.

HERNANDES, J. L. **Método de pontuação da vinicultura**. [s.l.: s.n.], 2009. Mimeografado.

INSTITUTO DE ECONOMIA AGRÍCOLA - IEA. **Banco de dados IEA**. São Paulo: IEA, 2007. Disponível em: <<http://www.iea.sp.gov.br>>. Acesso em: 2007.

JUNDIAIENSE. **21a. Festa da Uva**. Jundiaí: SENAR, jan. 1994.

LARCHER, G. **Commission des affaires économiques et du plan**. 1998. (Rapport d'information, n. 415, 1997/1998). Disponível em: <<http://www.senat.fr/rap/r97-415/r97-415.html>>. Acesso em: 14 ago. 2006.

LEWIS, J. **Identidade e Região Peri-Urbana de Belém do Pará**: lições para o investimento de desenvolvimento municipal. Belém: Instituto do Homem e Meio Ambiente da Amazônia, 2007. 14 p.

MADALENO, I. M.; ARMIJO, G. Agricultura urbana en metrópolis iberoamericanas: estudio de casos em Santiago de Chile y Lisboa. **Boletín del Instituto de Geografía**, 2004. Disponível em: <<http://redalyc.uaemex.mx/redalyc/pdf/569/56905404.pdf>>. Acesso em: 21 ago. 2006.

MATTEI, L. Novas dimensões sócioeconômicas do espaço rural brasileiro. **Revista Econômica do Nordeste**, Fortaleza, v.37, n. 1, jan-mar, 2006, p. 96-105. (Documentos Técnicos-Científicos).

MAWSON, J. **The Kirkstall Valley Park**: an example of greenspace planning for the rural urban fringe. [S.l.: s.n.], 2006. Disponível em: <<http://www.fedenatur.org/docs/docs/61.pdf>>. Acesso em: ago. 2006.

MIRANDA, L. **Dinâmica Urbana e Planejamento em Áreas de Transição Rural-Urbana**: o caso da Região Metropolitana do Recife, Pernambuco (Brasil). 15 p. Disponível em: <http://egal2009.easyplanners.info/area05/5371_Miranda_Livia.pdf>. Acesso em 03 out. 2009.

NORONHA, E. O.; HESPANHOL, R. A. M. O Espaço Periurbano no Município de Jundiaí – SP: características e tendências atuais. **Revista Formação**, n. 15 vol. 1, p. 85-96.

NORTH, D. **Institutions**: institutional change and economic performance. Cambridge: Cambridge University Press, 1994.

PROTAS, J. F. da S. **Programa de modernização da viticultura**. Brasília: MDIC, 2008. 9 p. (Trabalho apresentado na Câmara Setorial da Cadeia Produtiva de Viticultura, Vinhos e Derivados). Mimeografado.

_____; CAMARGO, U. A.; MELLO, L. M. R de. Viticultura brasileira: regiões tradicionais e pólos emergentes. **Informe Agropecuário**, Belo Horizonte, v. 27, n. 234, p. 7-15, 2004.

ROCA, M. de N. O. **Migrações internas e circulação da população**: o caso da região de Lisboa e Vale do Tejo. Disponível em: <<http://www.apdemografia.pt/ROCA.pdf>>. Acesso em: 10 ago. 2006.

REIS, N. G. **Notas sobre urbanização dispersa e novas formas de tecido urbano**. São Paulo: Via das Artes, 2006.

RODRIGUES, V. L. G. da S. **Os caseiros de Vinhedo**: empregados doméstico e trabalhador rural. 2004. Disponível em: <<http://www.sober.org.br/palestra/12/09O438.pdf>>. Acesso em: 2008.

ROMERO, L. A. B. **A vitivinicultura no Estado de São Paulo (1880-1950)**. 2004. 233 f. Dissertação (Mestrado em História Econômica)-Instituto de Economia, Universidade de Campinas, Campinas, 2004.

ROCA, M. de N. O. (s.d.). Migrações internas e circulação da população: o caso da região de Lisboa e Vale do Tejo. Disponível em : <<http://www.apdemografia.pt/ROCA.pdf>>. Acesso em 10 ago. 2006.

ROMERO, Lia Alejandra Borcosque. **A Vitivinicultura no Estado de São Paulo (1880-1950)** 2004. 233 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de História Econômica, Departamento de Instituto de Economia, Unicamp, Campinas, 2004.

ROSA, S. E. S.; SIMÕES, P. M. Desafios da vitivinicultura brasileira. **BNDES Setorial**, Rio

de Janeiro, n. 19, p. 67-90, 2004.

SACHS, I. Brasil rural: da redescoberta à invenção. **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 15, n. 43, p. 75-82, 2001.

SÃO PAULO (Estado). Secretaria da Agricultura e Abastecimento. Coordenadoria de Assistência Técnica Integral. Instituto de Economia Agrícola. **Levantamento Censitário de Unidades de Produção Agrícola do Estado de São Paulo - LUPA 2007/2008**. São Paulo: SAA/CATI/IEA, 2009. Disponível em: <<http://www.cati.sp.gov.br/projetolupa>>. Acesso em: 2009.

SCHNEIDER, L. **Dinâmica locacional da vitivinicultura**: novas regiões do Rio Grande do Sul e Vale do São Francisco. 2006. 117 f. Dissertação (Mestrado em Economia Aplicada)-Escola Superior de Agricultura 'Luiz de Queiróz', Piracicaba, 2006.

SCHNEIDER, S. A pluriatividade como estratégia de reprodução social da agricultura familiar no Sul do Brasil. **Estudos Sociedade e Agricultura**, Rio de Janeiro, v.16, p. 164-184, 2001.

_____. Teoria social, agricultura familiar e pluriatividade. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, v. 18, n. 51, p. 99-121, 2003.

_____. Políticas públicas, pluriatividade e desenvolvimento rural no Brasil. VII Congreso de la Asociación Latinoamericana de Sociología Rural/ALASRU, 20 a 24 de novembro de 2006, Quito, Ecuador, 19 p.

Disponível em <http://www.alasru.org/cdaldasru2006/21%20GT%20Schneider-Sergio.pdf>
Acesso em: out. 2007.

_____. A importância da pluriatividade para as políticas públicas no Brasil. **Revista de Política Agrícola**, v. 16, p. 14-33, 2007.

SEADE. Sistema Estadual de Análise de Dados. Disponível em <<http://www.seade.gov.br/produtos/perfil/perfil.php>>. Acesso em 07 abr. 2008.

SILVA, P. R.; VERDI, A. R.; FRANCISCO, V. L. F. dos S. Panorama de vitinicultura brasileira. **Análises e Indicadores do Agronegócio**, São Paulo, v. 2, n. 4, abr. 2007. Disponível em: <<http://www.iea.sp.gov.br/out/verTexto.php?codTexto=8929>>. Acesso em: abr. 2007.

_____ et al. Tradição do cultivo da uva niagara no Estado de São Paulo. **Informações Econômicas**, São Paulo, v. 36, n. 1, p. 33-42, jan. 2006.

_____ et al. Diagnóstico produtivo, tecnológico e gerencial da vitivinicultura no Estado de São Paulo. **Informações Econômicas**, São Paulo, v. 38, n. 4, p. 32-51, abr. 2008.

SILVEIRA, S. S. da R.; SIMÕES, P. M. Desafios da vitivinicultura brasileira: vitivinicultura **BNDES Setorial**, Rio de Janeiro, n. 19, p. 67-90, mar. 2004.

SIQUEIRA, T. V. de. Vitivinicultura mundial: 1961-2007. **BNDES Setorial**, Rio de Janeiro, n. 26, p. 233-298, set. 2007.

SOTTE, F. European rural development policy and territorial diversity in Europe. In: SYMPOSIUM INTERNATIONAL “Territoires et enjeux du développement regional”, Lyon, 2005. **Anais eletrônico...** Lion: INRA Rhône Alpes, 2005. Disponível em: <<http://www.inra.fr/rhone-alpes/symposium/pdf/introTH4.pdf>> Acesso em: 13 ago. 2006.

SOUSA, J. S. I **Jundiaí**: lavradores e lavouras de antanho; a agricultura em Jundiaí 1615-1970. Campinas: Indústrias Gráficas Massaioli Ltda., 1970. p. 1-80. (Relatório da Casa de Agricultura DR).

SPOSITO, M. E. B. A questão cidade-campo: perspectivas a partir da cidade. In: _____; WHITACKER, A. M (org.). **Cidade e campo**: relações e contradições entre urbano e rural. São Paulo: Expressão Popular, 2006. p. 111-130.

UNIÃO BRASILEIRA DE VITIVINICULTURA – UVIBRA. **Dados estatísticos**. Disponível em: <http://www.uvibra.com.br/dados_estatisticos.htm>. Acesso em: ago. 2009.

VALETTE, E. **A economia rural periurbana ou inovação em periferia**: o caso de Montpellier. 2004. Disponível em: <http://www.desenvolvimentolocal.ucdb.br/RevistaInteracoes/n8_elodie_1.PDF>. Acesso em: 21 jul. 2006.

VERDI et al. Arranjo produtivo local: identificação das possibilidades da viticultura na Região de Campinas. **Agricultura em São Paulo, São Paulo**, v. 52, n. 2, p. 73-86, jul/dez. 2005.

_____; SILVA, P. R.; FRANCISCO, V. L. F. S. Mobilização de proximidades para desenvolvimento territorial: desafio da viticultura do Pólo Bandeirante (Brasil). In: PROXIMITY CONGRESS "Proximity, between Interactions and Institutions", 50., Bordeaux, 2006. **Anais...** Bordeaux: [s.n.], 2006.

_____ et al. **Revitalização da cadeia vitinícola paulista**: competitividade, governança e sustentabilidade. São Paulo: FAPESP, 2007. (Relatório FAPESP). Mimeografado.

_____ et al. Desenvolvimento territorial da aglomeração vitivinícola de Jundiaí: quais recursos usar? In: CONGRESSO DA SOCIEDADE BRASILEIRA DE ECONOMIA ADMINISTRAÇÃO E SOCIOLOGIA RURAL, 47., Porto Alegre (RS), 2009. **Anais...** Porto Alegre: SOBER, 2009a.

VILELA, S. L. de O. **Globalização e emergência de múltiplas ruralidades**: reprodução social de agricultores via produtos para nichos de mercado. 1999. Tese (Doutorado em Ciências Sociais)-Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade de Campinas, Campinas, 1999.

WANDERLEY, M. de N. B. **A ruralidade no Brasil moderno**; por un pacto social pelo desenvolvimento rural; ¿una nueva ruralidad en América Latina? (Norma Giarracca). Buenos Aires: CLACSO, 2001. Disponível em: <<http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/ar/libros/rural/wanderley.pdf>> Acesso em: jul. 2006.

ZYLBERSTAJN, D. Conceitos gerais, evolução e apresentação do sistema agroindustrial. In:

_____; NEVES, M. F. (Orgs.). **Economia, gestão dos negócios agroalimentares.** São Paulo: Pioneira, 2000.

TEXTOS CONSULTADOS

ABRAMOVAY, R. O capital social dos territórios: repensando o desenvolvimento rural. **Economia Aplicada**, n.2, vol.IV, abril/junho, 2000.

_____. Por uma teoria de los estúdios territoriales. In: **Desarrollo rural**: organizaciones, instituciones y territorios. Buenos Aires: Ediciones CICCUS, março 2006. 51-70p.

MORAES, Evelyn Gregory. **A Arquitetura Rural das Unidades de Produção de Uva e Vinho Artesanal na Bacia do Rio Jundiá-Mirim**. 2006. 146 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Recursos Hídricos, Departamento de Faculdade de Engenharia Civil, Arquitetura e Urbanismo, Unicamp, Campinas, 2006.

SCHNEIDER, S. . Teoria social, agricultura familiar e pluriatividade. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, v. 18, n. 51, p. 99-121, 2003.

SCHNEIDER, S. ; CONTERATO, Marcelo Antônio . Transformações agrárias, tipos de pluriatividade e desenvolvimento rural: considerações a partir do Brasil. In: Guillermo Neiman; Clara Craviotti. (Org.). **Entre el campo y la ciudad**: desafíos y estrategias de la pluriactividad en el agro. Buenos Aires: Ciccus, 2006.

SCHNEIDER, S. . A importância da pluriatividade para as políticas públicas no Brasil. **Revista de Política Agrícola**, v. 16, p. 14-33, 2007.

SCHNEIDER, S. La pluriactividad en el medio rural brasileño: características y perspectivas para la investigación. In: GRAMMONT, Hubert C. de. (Org.). **La pluriactividad en el campo Latinoamericano**. 1. ed. Quito: Foro de FLACSO-Ecuador, 2009.

TORRE, A. Desenvolvimento local e relações de proximidade: conceitos e questões. **Revista Internacional de Desenvolvimento Local**. vol.4, n.7, p.27-39, set. 2003.

VERDI et al. Strategies visant a la revitalisation de la vitivinicultures paulista (Brésil): contributions au developpement rural. In: WORLD CONGRESS OF VINE AND WINE, 32., Zagreb (Croatie), 2009. **Anais...** Zagreb: [s.n.], 2009b.

ANEXO 1.

Roteiro de entrevista com poder público

Medidas de políticas públicas que tiveram conseqüências na produção de uva e vinho no município no período entre os dois últimos planos diretores.

Medidas de políticas públicas que transformaram área de cultivo de uva, de rural para urbano. Qual foi a repercussão e a reação dos interessados na áreas.

Estratégias de ação a curto. Médio e longo prazo para a vitivinicultura

Principais agentes de pressão nas áreas de transição e formas de negociação adotadas com os produtores agrícolas

Planos Diretores: regulações que afetem a produção de uva/expansão urbana

Ações das Secretarias Municipais/sindicatos: rural e trabalhador

Articulações entre as organizações municipais

Projetos que afetem o setor: Circuito das Frutas, Fapesp, Censo Agrop/Lupa

ANEXO 2.

2 – Questionário – Levantamento Vitivinícola Paulista - VITICULTOR

VITIVINICULTURA PAULISTA 2008	GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO LEVANTAMENTO VITIVINÍCOLA PAULISTA PROGRAMA DE PESQUISAS EM POLÍTICAS PÚBLICAS FUNDAÇÃO DE AMPARO À PESQUISA DO ESTADO DE SÃO PAULO VITICULTOR
--	--

Código : -

1. DADOS DO PROPRIETÁRIO

Nome Proprietário: _____

Nome da Propriedade: _____

Razão social: _____

Telefone para Contato : _____ e-mail: _____

Endereço para correspondência: _____ Bairro/Município: _____

Reside na UPA: Sim Não

IDADE:	0 – menos de 20 anos	2 – de 31 a 40 anos completo	4 – mais de 50 anos
<input type="text"/>	1 – de 21 a 30 anos	3 – de 41 a 50 anos	5 – não se aplica

2. DADOS DA PROPRIEDADE

Área Total ha

^{1.1}

Área com uva

Própria ha

Arrendada ha

Outras Explorações Vegetais

_____	<input type="text"/>	,	<input type="text"/>	_____	<input type="text"/>	,	<input type="text"/>									
_____	<input type="text"/>	,	<input type="text"/>	_____	<input type="text"/>	,	<input type="text"/>									
_____	<input type="text"/>	,	<input type="text"/>	_____	<input type="text"/>	,	<input type="text"/>									
_____	<input type="text"/>	,	<input type="text"/>	_____	<input type="text"/>	,	<input type="text"/>									

3. INFORMAÇÕES ADICIONAIS

Usos rurais não agrícolas na propriedade:

Restaurante Pousada/Hotel Bar Adega Transformação artesanal Outras

Existe agrônomo ou técnico agrícola responsável pela propriedade: Sim Não

Segue o receituário agrônômico Sim Não

Recebe Assistência Técnica Oficial Particular

Recebe apoio financeiro? Sim Não

4. INFORMAÇÕES GERAIS SOBRE A ATIVIDADE VITICOLA

Produz **uva** para elaboração de **vinho** Sim|| Não||

Se Sim: **Se Não:** Há quanto tempo? |__|__|anos

Possui interesse em produzir? Sim|| Não||

Família já produzia? Sim|| Não||

Filhos atuam nesta atividade? Sim|| Não||

Produz **uva** de **mesa**

Se Sim:

Há quanto tempo? |__|__|anos

Família já produzia? Sim|| Não||

Filhos atuam nesta atividade? Sim|| Não||

Origem dos porta-enxertos (cavalos): Próprio || Vizinho || Viverista ||

Origem enxertos (garfos, bacelas): Próprio || Vizinho || Viverista ||

Renda Familiar (Em %)

|__|__|__|% Atividade vitícola |__|__|__|% Outras Agropecuárias |__|__|__|% Aposentadorias

|__|__|__|% Urbana |__|__|__|% Outras Qual: _____

Na Viticultura, qual atividade é mais importante na propriedade:

Uva para Mesa || Uva para Vinho || Uva para Suco ||

Participa de alguma organização de produtores de uva?

Sim|| Não||

Se Sim:

Proprietário e Familiares			
Arrendatário e Familiares			

Parceiros e Familiares			
Assalariados Permanentes			
Temporários			
<p>Em assalariados permanentes incluir: gerente, administrador, mensalista comum, diarista fixo, tratorista e outros.</p> <p>Em Temporários informar Mão-de-obra utilizada durante o período da última colheita de uva, em dias-homem (diárias pagas em remuneração).</p> <p>Assalariados permanentes remuneração é o salário mensal</p>			

6- DADOS SOBRE PRODUÇÃO DE UVA

AH	Porta enxerto	Copa	Numero de Plantas	Espaçamento	Produtividade	Ano de Plantio	SP	SC	I	II	III	IV	V	VI	1	2	3	4	5	6	7	A	B	C	D	
									1																	
2																										
3																										
4																										
5																										
6																										
7																										
8																										
9																										
10																										
11																										
12																										

Sistema de Produção (SP)

O=Orgânico

C=Convencional

P=Produção Integrada

Sistema de Condução (SC)

E=Espaladeira

L=Latada

M=Manjedoura

I= Lira

O=Outro

Tecnologias

I= Análise de Solo (V – Vendedor ou O – Oficial)

II= Calagem

III= Adubação Química

IV= Adubação Orgânica

V= Conservação de solo/ água

VI= Análise foliar

1- Consorciação

2= Defensivos Químicos

3= Cultivo Protegido

4= M.I.P.

5= Cobertura verde

6= Cobertura Morta

7= Irrigação

A= Desbaste de cachos

B= Raleio de bagas

C= Chapéu Chinês

D= Faz duas podas por ano

ANEXO 3.

3 - Questionário – Levantamento Vitivinícola Paulista - VINICULTOR

VITIVINICULTURA PAULISTA 2007	GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO LEVANTAMENTO VITIVINÍCOLA PAULISTA PROGRAMA DE PESQUISAS EM POLÍTICAS PÚBLICAS FUNDAÇÃO DE AMPARO À PESQUISA DO ESTADO DE SÃO PAULO VINICULTOR
--	--

Código Vinicultor: -
E N

1- DADOS DO VINICULTOR

Nome Proprietário: _____

Nome da Vinícola: _____

Telefone para Contato : _____ e-mail: _____

2- INFORMAÇÕES GERAIS DO VINICULTOR

Tempo em anos que realiza elaboração de vinho |__|__|anos

Família já produzia Sim|| Não||

Filhos atuam nesta atividade Sim|| Não||

O que o levou/estimulou a iniciar ou investir na produção de vinho?

Produz: vinho comum|| vinho fino de mesa|| ambos ||

Há um técnico responsável pela produção de vinho? Sim|| Não||

Produz suco de uva|| vinagre de vinho|| aguardente de uva|| outros||

Se ainda não produz, teria interesse nessas atividades? Sim|| Não||

Utiliza na atividade de **produção de vinho**

controle e acompanhamento dos custos e da receita || usa computador ||

planejamento da produção || usa computador ||

3- DADOS SOBRE PRODUÇÃO DE VINHO

Cultivar	Origem		Quantidade (Kg)	Rendimento (l/Kg)	Produção Total em litros (últimos 12 meses).
	Própria	Terceiros			

4- DADOS SOBRE O ESTABELECIMENTO

Área da adega/Cantina/Vinícola: |_|_|_|_|_|m²

Pé direito da Adega/Cantina/Vinícola: até 1,80 m² de 1,81 m² a 3,00 m² acima de 3,00 m²

Adega/Cantina/Vinícola possui ambientes separados para:

maceração fermentação do mosto com as cascas fermentação alcoólica
envelhecimento/estabilização engarrafamento comercialização

Adega/Cantina/Vinícola possui revestimento cerâmico: piso meia parede até o teto

Adega/Cantina/Vinícola possui algum tipo de isolamento térmico: paredes teto

5- DADOS SOBRE ELABORAÇÃO DO VINHO

Realização do desengace e esmagamento da uva:

Desengaçadeira manual elétrica

Esmagadeira/Desengaçadeira manual elétrica

Desengaçadeira/Esmagadeira manual elétrica

6- COMERCIALIZAÇÃO E CUSTO DE PRODUÇÃO(P.??)

Canal de comercialização do vinho (em percentual)	Na propriedade	Município	Municípios da Região	Outros Municípios do Estado	Outros Estados
Consumidor Final					
Atacado					
Pequeno varejo					
Grande Varejo					
Distribuidor?					

Existe dificuldades em comercializar seus produtos: Sim Não

Se **Sim**: Identificação de clientes/nichos de mercado

Capacidade produtiva instalada insuficiente

Métodos de comercialização e canais de distribuição

Definição do preço de venda

Garantia de entrega regular do produto

Ausência de estrutura de assistência técnica posterior

Custos elevados para realizar atividades de marketing

Outras , especifique: _____

Forma de comercialização do vinho: granel garrafão volume: _____ Garrafa 750 ml Litro

Vasilhame utilizado para a comercialização:

Origem: _____

Material: _____

Sistema de vedação utilizado: _____

Origem da rolha : _____

Possui Rótulo: Sim Não

Possui uma marca própria: Sim Não Se **Sim**, qual? _____

Possui conhecimento sobre as normas no MAPA sobre elaboração de vinhos e derivados? Sim Não

Possui registro no MAPA e na ANVISA? Sim Não

CNPJ _____

Custo de produção por litro: Vinho Comum: R\$ |__|_|_|,|__|_|_| Vinho Fino: R\$ |__|_|_|,|__|_|_|

Custo de produção por garrafa de 750 ml: Vinho Comum: R\$ |__|_|_|,|__|_|_| Vinho Fino: R\$ |__|_|_|,|__|_|_|

Litros de vinho vendidos por ano: em 2004: |__|_|_|_|.|__|_|_|_|

em 2005: |__|_|_|_|_|.|__|_|_|_|_|

em 2006: |__|_|_|_|_|_|.|__|_|_|_|_|_|

Preço de venda do litro/garrafa (750ml): em 2004 _____

em 2005: _____

em 2006: _____

7- INFORMAÇÕES ADICIONAIS

Realizou investimentoS nos últimos 5 anos na **produção de Vinho**: Sim Não

Se **Sim** , Instalações

Equipamentos Origem: Paulista Nacional Importado Local: _____

Treinamento

Renda líquida advinda da **produção de vinho (anual)**

até 760,00 761,00 a 1.900,00 1.901,00 a 3.800,00 3.801,00 a 7.600,00

7.601,00 a 19.000,00 19.001,00 a 38.000,00 38.001,00 a 76.000,00 acima de 76.000,00

O que o montante representa em porcentagem na renda anual da propriedade? |__|__|__|%

Costuma investir sobras de capital na produção de vinho: não poucas vezes sempre

Realização de análises da qualidade do vinho Sim Não

Se **Sim**, Quais? _____

8 INFORMAÇÕES ADICIONAIS

Possui conhecimento sobre legislação de bebidas alcoólicas: Sim Não

Principais entraves para a regularização da atividade:

Burocracia Impostos Adequação às normas Falta de informação

Outros Qual(is) _____

Água usada nas atividades de produção de vinho é descartada corretamente Sim Não

Os trabalhadores receberam algum tipo de capacitação para trabalhar na vinícola? Sim Não

Se, **Sim** Qual? _____

ANEXO 4.

ROTEIRO DE ENTREVISTA QUALITATIVA

1. Nome do Proprietário e do Responsável pela Atividade

2. Idade

1 -

2 -

3. O sr. reside na UPA?

Por que?

4. Tem filhos?

Quantos?

5. Quantos residem na UPA?

5. Por que optaram por residir na UPA?

6. Quantos da família trabalham na Atividade Vitivinícola?

Sempre

Esporadicamente

7. Quantos trabalham fora?

Em que?

Desde quando?

8. Por que trabalham fora?

9. Nos últimos 20 anos (1988/89 A 2008/09) Como o sr. avalia a atividade do ponto de vista de retorno econômico?

Teve problemas

Quais?

Como solucionou?

10. O sr. aumentou ou diminuiu a produção da uva e do vinho ao longo dos últimos 20 anos?

Por que?

11. O sr. teve mais área de uva?

Quando?

Quanto produzia?

E hoje?

E o vinho?

Quando produziu mais?

Quanto?

E hoje?

12. Quanto a uva de mesa e o vinho representam na composição de renda da família?

13. Qual a proporção de uva cultivada que o Sr. usa para elaborar o vinho?

14. Algum membro da família teve que procurar trabalho fora por causa de problemas Na atividade?

15. A expansão urbana afeta a vida da família e da atividade? Para os filhos em particular, como afeta?

Dificuldades

Facilidades

16. Já teve oferta de venda da Up?

17. Muitos dos produtores já venderam a Up. Qual é o motivo que faz com que o sr. ainda continue?

18. Pretende investir na Uva?

Por que?

E no vinho? Por que?

19. O sr. acha que a atividade tem futuro?

Por que?

20. E para os seus filhos? Algum membro da família se interessa em continuar com a atividade?

21. Por que o sr. optou em ter outras atividades? E por que estas?

(Vinho, Diversificação Agrícola, Outras Não Agrícolas, Urbana).

22. Como a renda da aposentadoria interfere na escolha das outras atividades?

ANEXO 5 Resultado da Pesquisa Qualitativa

Anexo 5 - Resultado da Pesquisa Qualitativa

Cód	Idade	Área m ²	Formação Adegas	Fonte de Renda	Produção Hoje	Potencial	Motivo	Familiar Junto	Faz parte AVA	Fez Curso	Ha	Investiu	Perspectiva	Quem Gerencia Resid UPA	Nível Tecnológico
8	35	-	2002	Urbana	22000	40000	Trad/Com	Sim	Sim	Sim	#####	Sim	Otimista	Não	M
2	40	-	2007	Ubana	3.000	8.000	Hobby/Com	Sim	Não	Sim	24,00	Sim	Otimista	Sim	B
3	40	-	2006	Urbana/Vini	5000	5000	Trad	Sim	Sim	Sim	0,50	Sim	Otimista	Não	B
5	58/35	50.000	-	Adega/Rest/Vini	70.000	50.000	Trad	Sim	Não	Sim	15,00	Sim	Otimista	Não	B
6	49	96.800	1973/2000	Vini/Aluguel	18.750	40.000	Trad/Com	Sim	Não	Sim	12,00	Sim	Otimista	Não	B
24	-	-	-	Urbana	2000	3000	Trad/Com	-	Não	Não	12,10	Não	Otimista	Não	M
25	56	10.000	-	Diver Agric/Turis Rural	400	2500	Praz/Com	Sim	Não	Sim	1,00	Sim	Otimista	Sim	M
9	60	-	1999	Urbana	1000	1000	Hobby	Não	Não	Sim	0	Sim	Otimista	Sim	sem resposta
23	-	48.400	-	Urbana	2000	2400	Hobby	-	Não	-	5,00	Sim	Otimista	Não	M
1	58	121.000	2003	Apos/DiverAgric	3.000	3000	Conv Comunid	Não	Sim	Sim	4,00	Sim	Otimista	Sim	B
7	71	-	1948	Vitivini/Apos/Out	10.000	8.000	Trad	Sim	Não	Não	52,00	Não	Otimista	Sim	F
10	83/40	108.000	1.950	Divers Agric/Apos	10.000	-	Trad	Sim	Sim	Sim	10,80	Sim	Otim em parte	Sim	M
11	74/40	-	1935	Vinho/Apos	20.000	20.000	Trad	Sim	Sim	Sim	31,20	Sim	Otimista	Sim	M
12	78/50	27.000	1948	Vini/Aposent	12000	11000	Trad	Sim	Sim	Sim	2,70	Sim	Otimista	Sim	M
13	70	1	1979	Vini/Aposent	7.200	20.000	Trad	Não	Sim	Sim	10	Sim	Otimista	Sim	M
14	79/46	181.500	2001	Vitivinicultura	4.000	7.000	Renda	Sim	Sim	Sim	18,00	Sim	Otimista	Sim	M
15	60/34	5.500	2003	Vitivini/Comércio	5.000	-	Agregar Valor	Sim	Não	Sim	0,55	Sim	Otimista	Sim	M
16	66/29	20.000	2004	Vitivini/Apos/Out	2.000	3.000	Renda	Sim	Não	Sim	10,60	Sim	Otimista	Sim	M
17	63/43	278.300	1958	Divers/Apos/Frete	1500	2000	Praz/Com	Sim	Não	Não	26,60	Sim	Otim em parte	Sim	M
18	-	-	1948	Viti/Após	1000	3000	Praz/Com	Não	Não	Não	13,9	Não	Otimista	Sim	M
22	81/	5.000	1989	Após/Vini	3.500	4.000	Trad	Sim	Sim	Sim	0,50	Sim	Otimista	Sim	M
4	68/44	98.000	1955	Agricola/Vinho Adega	50.000	50.000	Prazer/Comércio	Sim	Sim	Sim	9,00	Sim	Otimista	Sim	B
20	78	20.600	1948	Apos/Vitivini/Caqui	2000	2500	Trad	Não	Sim	Não	2,06	Sim	Pessimista	Sim	M
21	81	48.000	1950	Apos/Vinho	4.000	10.000	Trad	Não	Sim	Não	4,80	Não	Pessimista	Sim	M
26	73	5.000	1985	Apos/Vitivini	300	1000	Praz/Com	Não	Não	Não	0,70	Não	Pessimista	Sim	F
27	70	24.000	1958	Apos/Agdiv	400	1200	Trad	Não	Não	Não	2,40	Sim	Pessimista	Sim	F
28	83	145.200	1958	Apos/Vini	1.000	2.600	Trad	Não	Não	Não	14,50	Não	Pessimista	Sim	F
29	48	7.200	2003	Divers Agri/Vini	5.000	5.000	Trad	Não	Não	Não	7,00	Não	Pessimista	Sim	F
19	57	3.600	1994	Viti/Divers Agri	2000	-	Renda	Não	Não	Não	3,60	Não	Pessimista	Sim	M